



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1650/17	DATA: 31/10/2017	
LOCAL: Plenário 04 das Comissões	INÍCIO: 15h11min	TÉRMINO: 17h54min	PÁGINAS: 61

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALBERTO REINALDO REPPOLD FILHO - Representante do Centro de Estudos Olímpicos da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — Projeto Referências.

ANDRÉA BOLZON - Representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD — Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2017/Movimento é Vida: Atividades Física e Esportiva para todas as pessoas.

FERNANDO MARINHO MEZZADRI - Professor da Universidade Federal do Paraná/Projeto Inteligência Esportiva.

MARIA LUCIA FRANÇA PONTES VIEIRA - Representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE — PNAD 2015: Prática de Esporte e Atividade Física.

SUMÁRIO

Debate acerca das informações sobre o esporte brasileiro

OBSERVAÇÕES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Boa tarde a todos.

Esta reunião de audiência pública está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 196, de 2017, de minha iniciativa, e visa debater informações sobre o esporte brasileiro.

Convido para compor a Mesa e dar início às apresentações o Sr. Alberto Reinaldo Reppold Filho, representante do Centro de Estudos Olímpicos da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — Projeto Referências; a Sra. Andréa Bolzon, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) — Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional 2017/Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para todas as pessoas; a Sra. Maria Lucia França Pontes Vieira, representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — PNAD 2015: Prática de Esporte e Atividade Física; o Sr. Fernando Marinho Mezzadri, Professor da Universidade Federal do Paraná — Projeto Inteligência Esportiva.

Antes de passar à exposição dos nossos convidados, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública.

O convidado deverá limitar-se ao tema do debate e disporá de 10 minutos para suas preleções, não podendo ser aparteado.

Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos.

Será permitida a réplica de qualquer participante que seja citado durante os debates.

Comunico também que esta audiência pública está sendo transmitida pelo Portal e-Democracia, com *link* disponível na página da Comissão do Esporte, no Portal da Câmara, possibilitando assim a participação popular por meio de perguntas dirigidas à Comissão.

Vamos à exposição dos convidados.

Passo a palavra o Sr. Alberto Reinaldo Reppold Filho, mais conhecido como Prof. Betão, pelo prazo de 15 minutos.

O SR. ALBERTO REINALDO REPPOLD FILHO (Betão) - Inicialmente, quero agradecer ao Deputado João Derly o convite e dizer da grande satisfação em poder



estar aqui hoje para falar sobre o esporte brasileiro, um tema tão importante, tendo em vista a nossa história esportiva, sobretudo os eventos recentes que aconteceram no Brasil, jogos olímpicos e Copa do Mundo. Nós ainda estamos refletindo sobre os resultados desses eventos e pensando sobre o que foi feito e os caminhos a serem seguidos.

Aproveito para cumprimentar os demais colegas da Mesa, os Deputados Federais e autoridades presentes, representantes de federações, confederações e comitês, colegas e comunidade em geral.

Eu dividi a minha exposição em duas partes. Na primeira parte, vou apresentar uma ideia geral do Projeto Referências, voltado à gestão e à política de esporte de alto rendimento do Brasil. Depois, eu vou convidar o Prof. Alan, meu colega de trabalho, para fazer uma apresentação mais técnica do projeto. A apresentação será dividida em dois momentos.

Nesta primeira parte, eu quero me referir à ideia para mostrar como surgiu a ideia de realizar o Projeto Referências, que realiza a coleta de um conjunto de informações e cria cenários para a decisão, para a tomada de decisão e para a gestão do esporte de alto rendimento no Brasil particularmente focado no esporte olímpico e no esporte paraolímpico.

Essa ideia surgiu em 2012, em uma iniciativa do Ministério do Esporte, fruto de uma preocupação da comunidade esportiva brasileira, que há muitos anos vinha solicitando, pela falta de informações sistematizadas num único local, que houvesse uma base de dados e um conjunto de informações que pudesse nortear decisões relativas ao esporte.

Sabemos hoje que o desenvolvimento do esporte envolve muitos recursos, sobretudo do esporte alto rendimento, que envolve muitos recursos financeiros. Essa é uma realidade também no Brasil haja vista todos os investimentos que foram feitos nos eventos ocorridos no País.

Obviamente, por se tratar de uma grande quantidade de recursos públicos, exige também qualidade na gestão, transparência, governança, uma série de itens que hoje fazem parte daquilo que se entende internacionalmente como padrão de qualidade do esporte de alto rendimento. Ele surge daí.



Fomos convidados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo grupo de estudos olímpicos, hoje o Centro de Estudos Olímpicos da universidade, porque já tínhamos uma tradição de estudos nessa área, na área de gestão e de políticas de esporte, particularmente sobre a gestão do esporte de alto rendimento.

Após aceitar esse convite, nós fomos buscar construir uma metodologia para coletar essas informações. Obviamente que os meus colegas da área conhecem muito bem, mas como temos uma audiência que nos acompanha via Internet, é importante dizer que nós tivemos acesso a alguns diagnósticos e estudos — inclusive o IBGE fez estudos sobre os dados no Brasil — e constatamos que a área de esporte de alto rendimento ainda carecia de muita informação, e nós não tínhamos uma metodologia para isso.

Hoje se sabe, é importante que se diga isso, que existem alguns fatores determinantes para o sucesso de alto rendimento. Isso é importante. Eu diria que há quase um modelo de pensar o esporte de alto rendimento no mundo. O Brasil tem ciência disto, os países que são as potências esportivas têm esporte de alto rendimento. O Brasil também tem, está num grupo de trabalho qualificado na área do alto rendimento. Eu direi que a comunidade acadêmica e a comunidade esportiva já sabem o que é necessário fazer para que se atinja o sucesso no esporte de alto rendimento.

Um dos aspectos fundamentais diz respeito ao financiamento do esporte. Lamentavelmente, nos não tínhamos, e desenvolvemos depois como referência, uma forma de coletar essas informações, porque são várias as fontes de recursos — depois, o Alan vai mostrar algumas dessas fontes —, mas não se sabe muito bem para onde vão esses recursos e onde são gastos. Não há informação sistematizada sobre isso.

Um dos grandes desafios foi fazer o levantamento sobre o financiamento. Como no Brasil financiamento é muito ligado a financiamento público, fazer o levantamento da legislação também foi importante.

Justamente por estarmos nesta Casa com os Deputados Federais, é bom ressaltar que a legislação esportiva brasileira apresenta uma série de oportunidades para o esporte, mas também uma série de restrições e limitações. A importância de se fazer o levantamento da legislação, tanto nacional, federal, quanto estadual e



municipal, é para que possamos entender como se estrutura essa questão e identificar os gargalos e facilitadores da legislação.

O estudo focou na legislação esportiva — temos um grande levantamento sobre isso — justamente por essa conexão com o financiamento, uma característica muito peculiar do contexto brasileiro. Em outros países não acontece assim.

Sobre a infraestrutura, um país que quer chegar ao sucesso no esporte precisa investir grandes recursos financeiros em infraestrutura e precisa ter uma legislação facilitadora para investimento em infraestrutura esportiva e em materiais de qualidade. Isso serve tanto para a iniciação esportiva, quanto para o treinamento e participação em competições. Há necessidade de pessoal qualificado: fisioterapeutas, médicos, treinadores, árbitros, gestores e outros. É preciso ainda instalar uma cultura esportiva, fornecer suporte ao atleta, ciência e tecnologia etc.

Há uma série de fatores — estou simplificando — que nos leva a obter o sucesso. Tende-se a pensar que basta colocarmos muitos recursos no esporte para que ele tenha um resultado quase automático. Hoje, sabe-se pelos efeitos desses financiamentos que é preciso haver um conjunto de fatores. O levantamento desse conjunto de fatores se tornou um aspecto fundamental.

O Projeto Referências, sobre o qual o Prof. Alan vai falar agora para os senhores, se concentrou exatamente em coletar essas informações e disponibilizá-las para os gestores, tanto para os que trabalham em instâncias governamentais quanto para os gestores de federações e clubes, para que possam fazer uso dessas informações e realizar seu processo de tomada de decisão. Basicamente, essa é a ideia.

Temos uma discussão em curso no Brasil sobre o Sistema Nacional do Esporte, que é relevante, justamente porque esse sistema permite uma visão mais integrada de todos esses fatores.

O levantamento que nós vamos apresentar para os senhores foi feito de 2016 a 2018 em várias dimensões. Obviamente, ele precisa ter continuidade. Nós precisamos sistematicamente coletar informações. Esse levantamento ficou caracterizado na época como um tipo de legado dos jogos, um legado de gestão de informação para as futuras gerações de atletas olímpicos e paraolímpicos. Para isso, é preciso pensar no mínimo dois ciclos à frente. Precisamos sempre ter essas



informações atualizadas para que os gestores possam tomar as suas decisões, considerando o cenário atual e projetando o cenário futuro.

Muito rapidamente, pelo tempo que tenho — depois ficarei à disposição para responder às perguntas —, eu queria dar um panorama geral sobre isso.

Passo a palavra agora ao colega Alan Ferreira, que lhes mostrará o levantamento.

O SR. ALAN FERREIRA - Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, agradeço o convite feito pelo Deputado João Derly.

Começo dizendo que o Projeto Referências não é uma simples compilação de dados. O projeto, na verdade, organizou e classificou grande parte das informações do esporte e criou um modelo de gestão para que essas informações possam ser visualizadas de maneira integrada.

Isso significa que, se usarmos, adaptarmos esse modelo não precisamos repetir diagnósticos, porque o modelo de gestão é informatizado. Trata-se de um banco de dados, um sistema de informação que pode receber informações automaticamente.

Como o Prof. Betão já falou, essa ideia surgiu de muitas perguntas que existiam em relação ao esporte. As pessoas perguntavam: para onde os recursos do esporte estão indo; quem os recebe; como eles eram aplicados; será que atendem às necessidades. Na verdade, não encontrávamos respostas. Quais eram essas necessidades? Tivemos que ir a um estado anterior.

Outra pergunta que surgia: *“Será que os resultados dos atletas brasileiros em relação aos investimentos que são feitos no País podem ser comparados aos dos outros países, quando relacionamos investimento e resultado?”*

Como relacionar isso se não havia um banco de dados para poder comparar o que foi investido, quem recebeu esse recurso e o que ele fez de resultado e assim por diante?

Foi dessa ideia que o projeto partiu para que pudéssemos qualificar a gestão e tomar uma decisão. Como se toma decisão qualificada se não há informação? Como o gestor esportivo, gestor público toma uma decisão qualificada, se ele não consegue visualizar esse cenário?



Partimos desse pressuposto e sabendo, como o Prof. Betão já disse, que investimentos sim geram mais resultados no esporte. Geram! Nós já conhecemos essa relação, mas a proporção com que esse resultado acontece depende de muitos fatores que estão envolvidos com o esporte.

São esses fatores que precisam ser conhecidos pela gestão do esporte e precisam ser geridos.

Então, é essa a oportunidade oferecida pelo Projeto Referência.

Sabendo disso, nós criamos uma rede, um sistema de informação que mapeou as informações da ciência e tecnologia, dos recursos financeiros, dos materiais e equipamentos, dos resultados esportivos, dos eventos esportivos e assim por diante. Em um banco de dados relacionados, nós conseguimos integrar todos esses dados.

Padronizamos as informações de várias fontes, desde federações internacionais como órgãos da administração pública do Brasil para que isso pudesse ser comparado. Por exemplo: como vou comparar o recurso da Lei de Incentivo ao Esporte com recursos dos convênios do Bolsa Atleta? Era preciso um método, um caminho igual para poder comparar os gastos realizados a partir dessas fontes.

A partir disso, o projeto criou um banco de dados relacionado que consegue apresentar essas informações usando inteligência em negócios. É a visualização de dados mais utilizada em qualquer lugar do mundo.

Podemos ver dados integrados de um esporte, de um atleta, de um grupo de atletas, de uma entidade, de um grupo de entidades, assim por diante.

Eu trouxe o exemplo do judô. Conseguimos ver informações do judô, da Confederação Brasileira de Judô, de uma atleta. No caso, neste eslaide, está a Rafaela Silva. Tudo isso é feito de forma integrada, como poderíamos verificar informações de um conjunto de atletas.

Ver tudo isso de maneira integrada e sistematizada faz com que consigamos dar respostas a perguntas mais simples, por exemplo, quantas medalhas foram conquistadas de 2008 a 2016 pelo Brasil, por modalidade, por Estado, por atleta, e assim por diante.

Perguntas que antes eram um pouco mais complexas tornam-se simples e rápidas, porque essas informações estão disponíveis na *Internet*. Mas geralmente o gestor solicita que alguém as consulte. Isso pode demorar um dia ou mesmo uma



semana — nós estamos dando a possibilidade disso ser praticamente automático —, assim como perguntas mais complexas. Quais são as entidades que mais receberam recurso público de 2008 a 2016? Essa resposta passou também a ser simples. Ou, por exemplo, como cada tipo de recurso público federal é destinado, quem recebe esses recursos e como eles são aplicados, como eles são gastos. Hoje nós sabemos esse perfil. Os recursos estatais, por exemplo, nós sabemos quanto foi investido, quem recebeu e como foi aplicado. E assim para cada fonte de recurso.

Enfim, o Projeto Referências já tem um banco de dados com uma quantidade de informações razoáveis, mas é só o início. É isso o que nós temos defendido, porque essa rede de informação precisa ser ampliada e os dados precisam ser analisados. O projeto foi contratado pelo Ministério do Esporte para entregar um banco de dados que fosse relacionado e que permitisse duas coisas: análise integrada e atualização permanente. A universidade está fazendo isso e dando a oportunidade de se criar, no Brasil, uma rede de informações do esporte para que o País consiga acompanhar outras nações que já fazem isso, para que nós tenhamos literalmente informações do esporte usando a tecnologia e não mais em papel, quando é necessário fazermos novos diagnósticos e coletar mais informações. Nós estamos falando aqui de tecnologia da informação e de coleta automatizada, de sistema, de robô, de *software* e assim por diante.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Prof. Betão e Alan.

Passo agora a palavra à Sra. Andréa Bolzon.

A SRA. ANDRÉA BOLZON - Boa tarde a todos e a todas. Eu queria agradecer o Deputado João Derly pelo requerimento desta audiência pública, o Lindbergh, por organizá-la, a todos os Parlamentares e todas as pessoas que vieram aqui hoje nos ouvir.

Meu nome é Andréa Bolzon e eu trabalho no PNUD — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, um programa da ONU. Nós estamos trabalhando com a questão do esporte desde 2007, quando resolvemos apoiar os Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro. De lá para cá, o PNUD teve a oportunidade de apoiar o País em vários outros megaeventos. Nós nos envolvemos na Copa do Mundo aqui



em Brasília, na Copa das Confederações, na realização dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. Nós também temos um envolvimento muito grande com a REMS — Rede Esporte pela Mudança Social, que congrega um número bastante grande de ONGs que são voltadas para a promoção do esporte.

Em função desse envolvimento do PNUD com a questão do esporte, nós nos propusemos a fazer um relatório de desenvolvimento humano sobre atividades físicas e esportivas. Inclusive nós trouxemos vários exemplares que estão ali atrás. Se alguém ainda não tiver e quiser, pode ficar à vontade. Os exemplares estão com a Vanessa, que está ali no cantinho. Ainda temos alguns exemplares.

Este relatório foi lançado no último dia 25 de setembro. Está bem fresquinho, acabou de sair. Por que nós lançamos este relatório? Como eu disse, nós temos um histórico de envolvimento com essa questão. Mas o PNUD tem um histórico maior ainda de envolvimento com a questão do desenvolvimento humano, com o conceito de desenvolvimento humano.

No começo dos anos 90, quando se falava em país desenvolvido, país subdesenvolvido, a única coisa que as pessoas olhavam eram os parâmetros econômicos, quão grande era o PIB daquele país, como era a renda per capita das pessoas e ponto final. O PNUD então saiu, originalmente com um grupo de economistas, entre eles o Amartya Sen, com essa ideia de que desenvolvimento tinha que ser uma coisa maior do que só os indicadores econômicos de um país. Então saiu com essa ideia de desenvolvimento humano. E desenvolvimento humano é quase que o sinônimo de liberdade na concepção dos seus criadores. Quando se fala de desenvolvimento humano, nós estamos falando de liberdade de escolha. Então, o país que é mais desenvolvido do ponto de vista humano é o país onde as pessoas têm mais liberdade de escolha para escolher a vida que quiser, a vida que cada um valora e que gostaria de levar. Então não é aquela ideia de desenvolvimento com uma série de etapas, em que todo mundo terá que passar pelas mesmas etapas, todo mundo vai ter de chegar ao mesmo lugar, com aquele mesmo nível de bem-estar material e de infraestrutura ao redor.

Quando nós partimos desse conceito de desenvolvimento como liberdade de escolha, tem a ver também como aumentar a capacidade de cada um para aproveitar as oportunidades ao redor. Portanto, país desenvolvido é onde as pessoas têm a



chance de aumentar as suas capacidades e onde também tem muita oportunidade ao redor para as pessoas aproveitarem essas oportunidades.

O que isso tem a ver com atividade física esportiva? Essa que foi a nossa pergunta de partida. A relação positiva entre a atividade física esportiva e uma porção de coisas está muito bem estabelecida. Com relação a atividade física esportiva e saúde, boa saúde, bom desempenho cognitivo, bom desempenho em termos de sociabilidade, tem muita pesquisa que reporta todos esses enlaces positivos entre a atividade física esportiva e todas essas outras dimensões.

A questão é que também há uma série de fenômenos que não são necessariamente bons associados às atividades físicas esportivas. Há questões como lipofobia, pessoas que não conseguem parar de fazer exercício, enfim, há uma série de eventos, pessoas muito envolvidas com as drogas do esporte que não daria para dizermos que estão associadas a algum tipo de desenvolvimento humano, de melhorar as possibilidades das pessoas de se desenvolverem, de aumentarem as suas capacidades, de escolherem a vida que querem levar.

Então nós pensamos: em que cenário? Qual a atividade física e esportiva é uma atividade que nós podemos dizer que é vetor de desenvolvimento humano, que ajuda em termos de desenvolvimento humano?

Então nós empreendemos uma trajetória, de um lado, teórica. Nós fomos buscar na teoria como que nós poderíamos relacionar e operacionalizar esses dois conceitos e os relacionar. Mas nós também buscamos os dados empíricos. Nós nos baseamos bastante nos dados do suplemento da PNAD, que a Maria Lucia vai falar logo mais, inclusive com muita colaboração do IBGE. Houve uma colaboração do IBGE e do PNUD com relação a esses dados. Então nós conhecemos um pouco o perfil dessas pessoas que praticam atividades físicas esportivas, quem são essas pessoas, onde vivem, que tipo de atividade elas fazem, porque fazem, porque dizem que não conseguem fazer, enfim, tudo isso. Nós também fomos buscar elementos que nos permitissem responder por que nós temos tão pouca gente que se pode considerar como praticante. Quando nós olhamos as diferentes pesquisas para dizer o que é uma pessoa praticamente e uma pessoa não praticamente, é uma questão delicada e complicada também. Se nós formos fazer aqui uma pequena enquete, uma pessoa que joga futebol uma vez por semana é praticante ou não é praticante? A



peessoa que faz duas vezes, três vezes, 20 minutos, 40 minutos, 150 minutos, atividade moderada, atividade intensa, tudo isso são critérios que se misturam para dizer se uma pessoa é ou não é praticante.

A OMS tem uma proposta e existem outras propostas também de definição do que nós podemos considerar uma pessoa praticante ou não.

Superado um pouco esse debate, se tomarmos uma posição, nós vamos encontrar aqui no Brasil uma média que gira em torno de 30%. Trinta por cento das pessoas a gente pode dizer que tem algum tipo de envolvimento com a atividade física esportiva, o que nos deixa com um grupo de 70% das pessoas que não se envolvem com esse tipo de prática.

Nós também fizemos um mergulho para entender um pouco esse universo das pessoas não praticantes e também do que nós precisaríamos mexer para que nós tivéssemos mais pessoas praticantes. Então, sobretudo, nós fizemos um foco na questão da saúde, os serviços de saúde, o olhar da saúde, as pessoas que lidam nesse campo, o que elas teriam que fazer, pensar, repensar para conseguir atrair mais pessoas para esse grupo de pessoas praticantes.

Nós também fizemos um mergulho no campo da escola, porque todas as discussões que nós fizemos nos levaram à ideia de que as crianças precisam ter um envolvimento positivo com a atividade física esportiva quando elas são criança, quando elas estão na escola. Se elas tiverem esse envolvimento positivo, a chance de elas levarem isso para o resto da vida é muito maior. E aí o que nós encontramos é que muitas escolas brasileiras não são amigas do movimento. A escola tem uma ideia — muitas pessoas dizem que vem do séc. XIX ou até antes — de que você tem que estar sentado para aprender, tem que estar parado e sentado. Não tem nenhuma evidência científica que mostre que isso seja assim. Há muitas escolas pelo mundo que já estão subvertendo um pouco essas ideias, as crianças ficam sentadas em bolas ou em pé, tem carteiras que são altas para quem quiser ficar em pé, porque acham que podem assimilar melhor. Tem gente que assimila melhor caminhando e falando. Há uma série de novas ideias que poderiam ser colocadas em prática nas escolas para que as escolas como um todo se tornassem mais ativas, de maneira que as pessoas pudessem levar consigo essa semente da atividade que ela já tem, porque as crianças são ativas.



O que nós vimos na pesquisa que nós fizemos é que tem um capital de atividade nas crianças. As crianças chegam correndo na escola, saem correndo. Na hora do recreio, se elas puderem, elas correm o tempo inteiro. A escola é que manda parar, porque tem a questão da segurança, as crianças podem se machucar, é perigoso e tal. Tudo na escola chama para um não movimento quando tudo nas crianças chama para o movimento. Então daria para pensarmos em alternativas em termos de arquitetura, de melhorar a segurança do espaço para que esse movimento pudesse fluir muito mais na escola.

Nós também fizemos uma reflexão sobre a parte de financiamento e a parte de políticas públicas. O PNUD acompanhou um grupo que se reuniu ao longo de um período para pensar uma nova visão para o Sistema Nacional do Esporte. Entendemos que aquele era um grupo bastante plural, que havia sido chamado pelo Ministério do Esporte, e participamos. De alguma forma, estivemos envolvidos e concordamos com a necessidade de se pensar um novo sistema que, à luz dos sistemas já implementados no Brasil, como o SUS e o SUAS, organize a área em termos do financiamento, em termos dos diferentes atores, em termos de como as pessoas vão se relacionar nesse sistema. Então, o relatório também advoga por uma nova visão nessa área das políticas públicas, da questão do financiamento, etc.

Nesse eslaide, mostro a resposta que demos à pergunta sobre a relação entre desenvolvimento humano e prática de atividades físicas e esportivas. Chegamos à conclusão de que a prática de atividades físicas e esportivas, que chamamos de AFES, contribui para o desenvolvimento humano quando sua realização tem por base uma decisão livre e consciente das pessoas e essa decisão não é limitada pela falta de tempo, de recursos ou de oportunidades.

Isso parece, mas não é óbvio, em primeiro lugar, porque muitas vezes a tendência de gestores públicos de pessoas que estão no campo é responsabilizar individualmente as pessoas que não se envolvem com a prática de atividades físicas e esportivas, como se estivesse só na mão das pessoas decidir praticar ou não atividades físicas e esportivas, e o que vimos é que não é isso. Quando abrimos os dados dos 30% que as praticam e dos que não as praticam, vemos que há muita desigualdade no acesso às atividades físicas e esportivas neste País. É muito diferente a situação se você é homem, se você é branco, se você ganha mais de 5



salários mínimos por mês; ou se você é mulher, se você é negra, se você mora na zona rural, se você ganha até 1 salário mínimo por mês.

Quando dizemos que as pessoas têm preguiça, não se envolvem, não se organizam para isso, é claro que há o elemento individual nessa decisão, mas também há um elemento estrutural, também há um elemento de contexto. Então, a política pública tem que ser pensada para não aprofundar essas desigualdades. Ela precisa ser pensada para justamente corrigir essa desigualdade que já se apresenta no campo.

Esse gráfico mostra também como as coisas vão mudando conforme o tempo vai passando e como a situação é diferente se você é homem ou se você é mulher, em termos da realização de atividades físicas e esportivas. Por exemplo, podemos ver que, no caso dos homens, no cantinho de lá, conforme a idade avança, há uma diminuição bastante grande. Aqui em baixo podemos ver as diferentes categorias. Essa linha aqui corresponde, para os homens, ao futebol. Vemos que há um grande envolvimento dos homens jovens, de 15 a 17 anos, com o futebol e isso vai diminuindo à medida que a idade vai avançando, mas outras modalidades vão subindo conforme a idade avança — no caso, esse amarelinho aqui é a caminhada. E as mulheres também apresentam um gráfico bastante diferente. Nós quase não nos envolvemos com futebol. A caminhada também vai crescendo conforme a idade avança e outras atividades físicas e esportivas têm uma curva assim.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esse gráfico mostra um pouco dessa desigualdade no acesso às atividades físicas e esportivas sobre o qual estávamos falando. Aqui em cima, por exemplo, nós encontramos o grupo de homens e mulheres que tem mais de cinco salários mínimos. Então, é uma diferença muito grande, se olharmos o grupo de mulheres, por exemplo, que ganham até meio salário mínimo.

Esses aqui são percentuais de envolvimento. Então as mulheres que ganham até meio salário mínimo começam quando são jovens com um nível de prática de 27% e, na medida em que avança a idade, elas chegam a apenas 12% aqui, quando vemos que as pessoas mais abastadas têm um nível de envolvimento que é de quase 80% dos homens, no começo da vida, e isso vai abaixando para 56%. Então, inclusive



quando as pessoas ficam mais idosas conseguem manter um nível bastante grande de prática de atividade física e esportiva.

Os homens mais pobres com renda de até meio salário mínimo despencam aqui. Eles começam com muita prática aqui no começo e depois têm que trabalhar, não têm mais tempo e não conseguem mais acessar.

Então quero só chamar atenção para o fato de que as políticas públicas, gestores, Parlamentares, todas as pessoas responsáveis têm que ter isso em mente na hora de propor qualquer tipo de atividade para não seguir favorecendo quem já está favorecido e tentar corrigir essas distorções.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Andréa.

Antes de passar a palavra à próxima oradora, quero registrar a presença de Ricardo Avellar representando a CBC — Comitê Brasileiro de Clubes, que era uma confederação e às vezes me confundo; do Sr. Rui Campos, atleta de voleibol, medalha de prata em 1984 *(Palmas.)*

Eu queria entender por que eu não dei certo no vôlei. O senhor teria uma explicação? *(Riso.)* O pior é que no tempo da escola eu era metido a querer ser levantador. *(Riso)* Não existia ali o Leo, líbero, mas daí eu ficava tentando jogar, mas não deu muito certo. Eu nem vou falar no basquete então. Meu arremesso não tinha jeito.

Registro a presença do Prof. Orlando Ferraciolli, do Projeto Referências *(palmas)*; e o Deputado Luciano Bivar do PSL.

Quero dizer que é uma satisfação tê-lo conosco.

Então passo a palavra à Sra. Maria Lucia Vieira.

A SRA. MARIA LUCIA FRANÇA PONTES VIEIRA - Agradeço a oportunidade de divulgar um pouquinho dos dados do IBGE. É para isso que nós os coletamos, para poder fornecer, para subsidiar a população e os gestores de políticas públicas com informações úteis para se poder fazer políticas públicas.

(Segue-se exibição de imagens.)

A PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios é uma pesquisa nacional por amostra de domicílios. Vamos à casa das pessoas fazer um questionário. Todos os anos ela leva uma série de temas, como trabalho, educação, migração,



fecundidade, uma série de temas que são investigados todos os anos e, extraordinariamente em alguns anos, nós investigamos temas específicos. Em 2015 nós fomos a campo com um questionário sobre esporte, que foi realizado junto com o Ministério do Esporte, baseado numa pesquisa que já tinha sido feito na Europa, que é o DIESPORTE — Diagnóstico Nacional do Esporte, então o questionário foi todo baseado nesse padrão que eles já conheciam, nesse diagnóstico que já tinha sido feito.

Bom eu vou passar esses *slides* rapidamente.

(Segue-se exibição de imagens.)

Ali estão alguns temas que são investigados. Em 2015, além da prática de esporte e atividade física, também fizemos um questionário sobre TIC — Tecnologias de Informação e Comunicação, sobre cuidados de crianças menores de 4 anos, um aspecto da primeira infância e algumas relações de trabalho e sindicalização.

Todos os dados, microdados e o plano tabular completo da pesquisa estão disponíveis na página do IBGE. Eu vou apresentar apenas alguns, mas é interessante que se possa ver, porque há inclusive informações sobre financiamento, sobre o que se deveria financiar. Eu não trouxe tudo para cá, porque não daria, mas, já adiantando, nós perguntamos para a população em que ela achava que o poder público deveria investir, no que o Governo deveria investir. O esporte não foi tão respondido, quer dizer, houve um percentual maior de pessoas que praticavam algum esporte ou atividade física que achavam que o Governo nele deveria investir. Elas responderam que deveriam investir em esporte e atividade física, mas a maior parte falou de saúde e educação, não sabendo ou não se dando conta que investir em esporte é investir em saúde preventiva, especialmente para as pessoas mais velhas e é investir na parte de educação e sociabilização também da população.

(Segue-se exibição de imagens.)

Seguindo aqui, visitamos 95 mil domicílios. Nós selecionávamos um morador de 15 anos ou mais do domicílio e fazíamos perguntas.

Aí, só para contextualizar, a pesquisa foi a campo no último trimestre de 2015, ou seja, no Brasil, especialmente o Rio de Janeiro, porque estava em toda aquela euforia de pré-olimpíada, né? Vamos ver alguns resultados interessantes para o Rio de Janeiro.



(Segue-se exibição de imagens.)

Nós perguntávamos se no período de 365 dias, ou seja, entre 27 de setembro de 2014 e 26 de setembro de 2015, a pessoa tinha praticado algum esporte ou atividade física.

Por que esporte ou atividade física? Os gestores de época do Ministério do Esporte não queriam que nós definíssemos o que era esporte ou atividade física para o morador. Por exemplo, como a Andréa falou, praticar futebol no final de semana é considerado esporte? Para algumas pessoas pode ser, para outras pessoas pode não ser nada, outras podem considerar aquilo apenas como uma atividade física. Não foi feita essa definição exata do que é um esporte e o que é uma atividade física. A pessoa consideraria como esporte ou atividade física o futebol, essa peladinha da quarta-feira à noite ou do sábado à tarde?

Então nós primeiro perguntávamos se tinha praticado esporte. Se ela respondesse que não, depois nós perguntávamos se tinha praticado alguma outra atividade física. Então, no caso, o futebol ou outros poderiam estar tanto numa parte quanto na outra do questionário.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aí estão as perguntas. Perguntamos se no período de referência praticou algum esporte no seu tempo livre. O importante é o tempo livre. Então não consideraríamos essa parte aqui em que os atletas estão treinando. Se respondesse que sim, perguntávamos se, além daquele esporte, eles realizavam alguma atividade física e, se eles respondessem que não, nós perguntávamos se tinham praticado alguma atividade física, para tentar pegar a pessoa de qualquer jeito.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vamos ver agora o percentual de pessoas que relataram que tinham praticado esporte ou atividade física.

(Segue-se exibição de imagens.)

No Brasil, na coluna azul, 37% das pessoas relataram que tinham praticado esporte ou atividade física nesse período de referência. Aí vemos que em todas as grandes regiões os homens tinham percentual mais elevado do que o das mulheres. A região Centro-Oeste é que tem maior percentual.

(Segue-se exibição de imagens.)



Este *slide* mostra a idade. Nós vemos que quanto mais jovem, maior é o percentual das pessoas que praticavam. Então 53,6% das pessoas de 15 a 17 anos praticavam esporte ou atividade física e, quando caem para 60 anos ou mais, vai para 27,6%.

(Segue-se exibição de imagens.)

Bom, agora em relação ao nível de escolaridade, quanto maior o nível de escolaridade maior o percentual de pessoas que também praticavam esporte ou atividade física; 56,7% para quem tinha nível superior completo.

(Segue-se exibição de imagens.)

Em termos de rendimento também. Quanto maior o rendimento, por faixa de salários mínimos, maior o percentual de pessoas que praticavam.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui por unidade da Federação. O Distrito Federal foi o que tinha o maior percentual de pessoas que praticavam algum esporte ou atividade física. O Rio de Janeiro está ali e é o quarto menor. O menor era Alagoas, depois Pernambuco, Rondônia e Rio de Janeiro. Todo mundo se surpreende um pouco com esse dado. Ele é o quarto menor percentual.

(Segue-se exibição de imagens.)

Agora vamos falar separadamente de esportes e de atividade física.

As pessoas que falaram que tinham realizado esporte, 24% da população total; vemos 31%, ali em vermelho, para os homens e 16% para as mulheres. Quando falamos de atividade física, o percentual de mulheres que realizava atividade física passa a ser maior que o de homens. Nós vamos ver que isso está diretamente relacionado ao tipo de esporte ou atividade física que é praticado, que a Andréa já adiantou. Aqui tem o futebol fortemente e aqui tem a caminhada realizada pelas mulheres.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui há grupos separados por idade.

Nós vemos que, em relação ao esporte, a questão da idade é muito determinante, quanto mais jovem, mais pratica. No caso da atividade física nem tanto.

(Segue-se exibição de imagens.)



Então a mesma coisa em relação à escolaridade. No esporte, quanto maior a escolaridade maior o percentual. Parece que o percentual cresce mais em relação ao esporte do que em relação à atividade física.

(Segue-se exibição de imagens.)

Qual é o esporte que as pessoas citaram que realizavam mais? No caso ali do esporte, em azul, foi o futebol — 39,3% das pessoas que falaram que realizavam esporte praticavam futebol e 24% caminhada.

Para baixo há o vôlei, basquete e handebol. Nós tivemos que juntar porque o percentual era pequeno. Tudo ficou em 2,9% e, quando falamos em atividade física, o futebol, que é o azulzinho já cai, ou seja, as pessoas já haviam relatado a questão, quando responderam esporte. A caminhada representa 49,1% de atividade física realizada.

(Segue-se exibição de imagens.)

Bom, esse quadro é um pouquinho confuso, mas está pintado de mais escuro o que é mais predominante. Futebol: 94,5%. Se somarmos esse percentual com 5,5%, encontraremos os 100% de quem realizava o futebol. Então predominantemente os homens, mas ainda havia ali 5,5% de mulheres que praticavam. Já na caminhada, embaixo, na atividade física, era mais praticada pelas mulheres: 63,6%.

Em relação à faixa etária, nós víamos que as pessoas de 60 anos ou mais praticavam tanto quando elas falavam que era esporte, quanto quando falavam que era atividade física, ficava ali na caminhada. Depois vocês podem olhar esse gráfico com mais calma.

(Segue-se exibição de imagens.)

Bom, motivo de praticar esporte e atividade física. O esporte está ali no relaxar ou se divertir — 28% das pessoas que praticavam esporte falavam que praticavam para relaxar ou se divertir e, no caso da atividade física, no total da população, era melhorar a qualidade de vida ou de bem-estar.

Quando falamos dos homens, esse percentual de relaxar ou se divertir aumenta, sai de 28,9% para 37,8%, porque está relacionado com a questão do futebol.

Não sei se vocês leem, mas as outras motivações ali são: indicação médica 10%, melhorar a qualidade de vida, relaxar ou se divertir, melhorar ou manter o desempenho físico, gostar de competir ou outro motivo.



(Segue-se exibição de imagens.)

Vamos falar sobre a frequência de praticar esporte. Então perguntamos qual era a periodicidade que as pessoas o praticavam. No caso do esporte, 7,8% praticava menos que uma vez por semana; 26,3% praticavam quatro vezes por semana ou mais.

Em relação à atividade física, esses percentuais são maiores do que quem praticava quatro vezes ou mais por semana, até por causa da questão da caminhada. Talvez seja mais fácil fazer uma caminhada do que ter alguma instalação ou ter algum local para poder fazer algum esporte. Então a frequência com que faz ao longo da semana é maior.

(Segue-se exibição de imagens.)

Em relação à frequência e modalidade está o futebol nessa linha vermelha, 38% é uma vez por semana. Então é o pessoal que faz realmente a pelada de final de semana ou da quarta-feira à noite. Há quem faça caminhada quatro vezes ou mais por semana; o vôlei, o basquete também estão numa frequência de uma vez por semana, mas há também o índice alto de duas vezes por semana. Ah, o pessoal que faz *fitness*, que inclui toda a parte de academia, vai quatro vezes ou mais por semana e a mesma coisa o ciclismo. Lutas e artes marciais ficam em três vezes por semana.

(Segue-se exibição de imagens.)

Neste *slide* mostro a duração da prática do esporte da atividade física. Aí, no caso do esporte, quando a pessoa vai praticá-lo, dura mais ou menos 1 hora, mais de 1 hora. O esporte dura entre 40 minutos e 1 hora.

No caso da atividade física a frequência maior, percentual maior fica entre mais de 40 minutos a 1 hora, a frequência maior.

Quem não praticava esporte? Aí, a gente perguntou quem não praticava, que são aqueles 70% quase, e a gente perguntou por que eles não praticavam esporte? A maior parte das pessoas respondeu que não tinha tempo para praticar, ou não gostava ou não queria. E aí a questão do não gostar e do não querer surpreendeu um pouco, porque é aquilo realmente do que já foi dito aqui do educar a criança, desde cedo, a se acostumar com a prática esportiva. É como escovar os dentes. Nem sempre é bom, mas, se você se habitua, não consegue ficar sem fazer, não consegue ficar sem escovar os dentes, não consegue ficar sem tomar banho. A educação física,



a atividade física, as crianças têm que estar habituadas a ela, desde cedo, para que cheguem à vida adulta com prazer pela atividade.

Alguns relataram problemas de saúde ou de idade. Eu vou mostrar esse gráfico por idade, e aí a gente vai ver que ele surpreende ainda mais. Porque a falta de tempo está localizada, no gráfico, nas pessoas que estão na idade produtiva, entre 25 e 39 anos, 18 e 24 anos, 40 e 59 anos, então é o pessoal que está trabalhando, que faz longos deslocamentos de casa para o trabalho em algumas regiões. Problemas de saúde para não praticar atividade física: estão centrados ali nas pessoas com 60 anos ou mais, que são 51,4%, mas, entre os jovens, o maior percentual ou o maior motivo de não praticar é justamente não gostar ou não querer. Não vou continuar citando números.

E temos o incentivo. Para poder se chegar ao atleta de alta *performance*, a criança precisa aprender a ter gosto pelo esporte. Então, esse investimento nas idades mais jovens é fundamental.

Existe outra pesquisa do IBGE, chamada PeNSE — Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, que é realizada com meninos de 8º e 9º ano, e que mostra que eles gastam muitas horas semanais na frente do computador, com o celular na mão, então, tem que se pensar um pouco nisso para a gente ter melhores resultados em relação à prática esportiva.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, querida Maria Lucia.

Agora, passo a palavra ao Sr. Fernando Mezzadri. Vai precisar do... sem filme?

O SR. FERNANDO MARINHO MEZZADRI - Aproveito a deixa da Andréa e da Maria Lucia que ficaram em pé para usar o microfone, e eu vou fazer a mesma coisa.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite do Deputado João Derly, e toda a Comissão de Esporte aqui da Câmara dos Deputados, e dizer que para nós é uma honra muito grande debater sobre o esporte brasileiro.

Dividir a Mesa com a Sra. Andréa, com a Sra. Maria Lucia e com o meu querido amigo Prof. Alberto Reppold Filho é sempre uma grande satisfação.

Agradeço a todos os Deputados aqui da Comissão de Esporte, a toda a comunidade esportiva, aos colegas do Projeto Inteligência Esportiva, e para nós é uma honra debater sobre o esporte brasileiro.



O nosso Projeto Inteligência Esportiva tem como pressuposto básico e como objetivo básico para nós pensarmos o esporte brasileiro, pensarmos a política pública para o esporte no País — falo isso como professor em política pública, na área do esporte, em que milito há mais de 15 anos, orientando os meus estudantes e trabalhando junto com a gestão pública nessa área — é que base de informações nós temos para melhorar, para fazer a avaliação de uma política pública. Eu acho que essa é a grande questão em que nós nos baseamos.

Nós temos como objetivo do Projeto Inteligência Esportiva o produzir, o aglutinar, o sistematizar as informações do esporte brasileiro. Por que nós precisamos disso? Para qualificar as ações das políticas públicas do esporte. Sem uma base, sem um referencial, — tanto teórico quanto metodológico — quanto uma base de dados confiáveis, nós temos dificuldade em avançar, não só na política pública, mas também num plano nacional de esporte, num plano estadual, num plano municipal ou no Sistema Nacional do Esporte.

Então, nessa perspectiva, que nós temos como objetivo central da pesquisa, a busca das informações. Temos inúmeros objetivos específicos, mas o quê nos centraliza? É a análise da política pública do esporte brasileiro. Como nós construímos essa política pública? Quando eu falo esporte, o esporte de alto rendimento, basicamente é o desenvolvimento desse objeto, mas também do esporte como um todo. E nisso nós sempre tivemos muita parceria com o Ministério do Esporte e também muito apoio do Ministério em todos os momentos em que nós começamos a desenvolver a pesquisa. Todo o conjunto dos técnicos, dos servidores dentro da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento — SNEAR, nós tivemos todo o apoio para a construção desse processo. E a grande questão: que base nós temos? De onde nós puxamos esses dados? Que banco informacional confiável nós temos para avançarmos no desenvolvimento esportivo nacional?

Essa foi uma grande questão que nós discutimos no grupo, porque estou passando rapidamente pelos nossos objetivos, e a questão se estabelece a partir do método de análise. E aí, por opção nossa, por opção de uma construção teórico-metodológica, dentro de uma teoria que nós, enfim, definimos na teoria do campo esportivo, — para quem compreende o aspecto de pesquisa científica, sabe a que nós estamos nos referindo — nós baseamos em duas estruturas básicas. Primeiro, e



talvez o mais importante: o atleta. Sem ele, nós não conseguimos avançar. Sem o desenvolvimento e sem a formação do agente atleta fica complexo na construção da perspectiva do esporte brasileiro. E quando eu falo em esporte, estou falando esporte de alto rendimento. Não falo em esporte como um todo, compreendendo a amplitude do conceito de esporte, nas suas diversas dimensões, nas diversas possibilidades da prática esportiva, e aqui não vou nem entrar na discussão sobre o que é ou o que não é esporte, aquele que pratica no fim de semana, pratica esporte ou não pratica, acho que esse é um debate *a posteriori* que nós teremos que fazer, mas, na essência, como o atleta se estrutura e como as entidades se estruturam. E aí quando eu falo em entidades, falo nelas com um todo: confederações, clubes, academias, uma pequena, mas importante entidade como uma organização não governamental; enfim, como elas se estruturam e que banco nós temos para esse desenvolvimento. Foi aí que nós fizemos a opção — foi opção nossa, específica — de construir um banco de dados próprio. Eu acho importante termos outras bases, mas nós construímos esse banco de dados próprio — e agora eu peço para o João entrar no nosso banco de dados.

Nós temos um banco de dado específico, desenvolvido pela nossa equipe. Hoje, no nosso banco de dados, constam 45 mil 222 atletas. Quanto àqueles atletas que têm Bolsa Atleta ou Bolsa Pódio, nós temos mais de 95% em confiabilidade desses dados. Nós temos mais de 50 mil bolsas concedidas desde 2005 até hoje, e nós temos essa garantia, essa análise do conjunto com toda a equipe das bolsas dentro Ministério, conferido um a um. Há muita duplicidade de nomes, há muitas formas diferentes de escrever, que os próprios atletas vão preenchendo, e isso criou, no decorrer dos anos, algumas multiplicidades de nomes e nós corrigimos isso um a um.

O primeiro nome ali, do André Santos, que tem um pontinho na frente, é um nome que nós criamos só para fazer apresentação, porque nós devemos preservar os dados pessoais dos atletas. Então, no nosso banco de dados, hoje, nós temos: nome, data de nascimento, CPF, *e-mail*, telefone, cidade natal, sexo, de cada um desses atletas — principalmente de quem tem Bolsa Atleta e Bolsa Pódio, que são mais de 21 mil atletas —, modalidade — aqui no caso nos colocamos atletismo.

Há também a informação da quantidade de bolsas que esse atleta tem. Aqui, nós temos, como exemplo, o Bolsa Atleta para os atletas de base, estudantil, nacional,



internacional, olímpica e Bolsa Pódio. Então, nós temos isso nos mais de 20 atletas. Nós temos o histórico de cada atleta. De quem tem Bolsa Pódio esse histórico é mais detalhado.

Nós temos todos esses cadastros desses atletas. Nós temos as entidades, ou seja, onde esse atleta treina ou treinou, a mudança dele no decorrer de sua vida esportiva.

Quanto às entidades, nós podemos colocar os demais apoios que esses atletas têm, como, por exemplo, uma empresa estatal porventura, porque ele ganhou mais um tipo de bolsa. Acho que é importante nós termos todos os dados desse atleta.

Na área de recursos humanos, de quem tem Bolsa Pódio, nós temos cadastrados seus técnicos, preparador físico, nutricionista, psicólogo; enfim, todo o *staff* do atleta que participou dos Jogos Olímpicos e tem Bolsa Pódio, e a biometria desse atleta. Portanto, nós temos essas informações de mais de 20 mil atletas do País.

Nós temos as instituições. Hoje, aproximadamente são quase 5 mil instituições — para ser mais exato, são 4.984 que nós temos cadastradas no nosso banco de dados.

Aqui nós colocamos as confederações; dentro dessas confederações, nós temos todas as informações dessas confederações, no caso, localização, rua, nome. Nós temos a localização delas no mapa. Nós estamos terminando o nosso geoprocessamento. No geoprocessamento, nós estamos colocando onde está essa confederação, nome de rua e tal.

Se eu coloco o Clube Pinheiros, só para nós termos uma ideia... O Clube Pinheiros é um clube bastante importante para nós no desenvolvimento esportivo, como os demais clubes, mas vou pegar o Clube Pinheiro só para dar um pequeno exemplo. No Clube Pinheiros, nós temos todas as informações. São 931 atletas cadastrados no Clube Pinheiros, atletas que vão desde os seus 10 anos de idade... E eu não vou entrar nesse debate agora, mas até que ponto ele é um atleta? É uma criança que faz atividade esportiva, mas, pela nossa estrutura legal, é considerada como um atleta — ele participa dos jogos escolares ou participa das competições pelas confederações esportivas. Então, no Clube Pinheiro, nós temos cadastrado 931 atletas.



Nós estamos terminando o nosso geoprocessamento. Ao clicar em cima, nós vamos saber quantos atletas há, onde é essa instituição, quantos atletas têm bolsa, quantos são os atletas masculinos e os femininos. Para nós pensarmos em política pública, nós temos que ter a igualdade entre os gêneros, enfim, para que haja a construção de uma política pré-estabelecida.

Rapidamente eu vou passar pelos relatórios. Eu já coloquei o exemplo. Nós temos os relatórios completos, os relatórios dinâmicos de toda a estrutura esportiva brasileira. Nós podemos obter essas informações rapidamente, com uma confiabilidade desses dados, para nós fazermos uma análise concreta da política pública só a partir daí.

Eu estou falando rápido por causa do tempo. Na apresentação, nós temos hoje 681 grupos de pesquisas do País cadastrados no CNPq. Eu acho que isso é importante, e eu sempre brinco com meus colegas pesquisadores: *“Vocês não estudam esporte, vocês fazem parte do esporte”*. Nós precisamos construir grupos um pouco mais estruturantes na área esportiva. É lógico que existem vários pesquisadores na área, mas precisamos aprofundar essas ações.

Nós temos hoje mapeados 2 mil e 7 artigos científicos indexados nos periódicos da CAPES A1, A2, B1, que são os periódicos da CAPES de um nível de indexação mais elevada. Dentro disso, nós temos 97% em pesquisas olímpicas e somente 3% em paraolímpicas. Enfim, nós temos, por modalidades esportivas... Aqui é superimportante. A gente fala assim: *“Mas a gente não desenvolve esporte...”*. Mas nós só temos 1 pesquisa sobre esgrima! Nós precisamos aprofundar as pesquisas científicas nas universidades para qualificar, sim, o desenvolvimento esportivo do País.

Nós temos classificados por temas esses 2 mil e 7 artigos, olímpicos e paraolímpicos.

Nós temos aqui os projetos da SNEAR — Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento — até para a gente qualificar o debate junto à política pública da SNEAR, eu acho que essa é a grande questão nossa, a grande questão do projeto inteligência esportiva, para aprofundarmos o debate e avançarmos ainda mais no esporte brasileiro.



Nós temos, portanto, Bolsa Atleta, Jogos Escolares Brasileiros, Rede Nacional de Treinamento e Plano Brasil Medalhas.

São mais de 50 mil bolsas cadastradas no nosso banco — apenas tirei dados do banco.

Aqui nós temos dados das bolsas olímpica, paraolímpica, de inverno.

Existe certa desigualdade, principalmente em bolsas não olímpica e de inverno. Eu acho importante nós qualificarmos o debate da igualdade de gênero, feminino e masculino, no que se refere a bolsas.

A quantidade de bolsas é pódio.

Na Rede Nacional de Treinamento, nós temos a distribuição de resultado por Estado, onde estão esses clubes.

Aqui nós vemos quais são as cidades que têm mais clubes e envolvem mais práticas esportivas por clubes.

E aqui nós vemos a distribuição por clubes: Minas Tênis Clube, Pinheiros, Sesi, os atletas avulsos — principalmente no tênis, que tem muito, e clubes de outras modalidades.

Eu quero me ater um pouquinho na questão dos Jogos Escolares para poder discutir.

Nós temos 5 mil pódios cadastrados, por região, nos Jogos Escolares. Eu acho que isso é importante.

Aqui, nós vemos os pódios por Estado; São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina são os Estados que mais têm pódios.

Aqui, nós vemos que há um debate importante a fazer, pensando numa política pública, quantas escolas públicas e quantas privadas, como é que se estabelece isso em pódios, quer dizer, por que há mais privadas do que públicas, qual é o investimento público dentro dessa lógica.

Esse gráfico traz os pódios por modalidade, em escola pública e em escola privada. Aqui nós vemos que o atletismo se estabelece dentro das escolas públicas, e a natação, fora; que o xadrez tem mais pódios nas escolas privadas, e a luta olímpica, nas escolas públicas. Esses são dados importantes analisarmos.



Nós também devemos analisar por que o basquete e o voleibol têm mais pódios em escolas privadas e por que o futsal e handebol têm mais pódios em escolas públicas.

Esses dados são importantes para qualificarmos o debate sobre política pública. Para pensarmos um sistema nacional de esporte, é preciso termos esses dados com bastante solidez.

Nós estamos indo a todas as confederações, junto com a Sou do Esporte, com a Play the Game — é uma referência internacional a Play the Game dentro da gestão esportiva —, buscando estabelecer o que é gestão, transparência, controle dos recursos públicos que vão para as confederações. Não fazemos só a análise da Play the Game, temos também nossa metodologia específica, dentro dessa pesquisa nas confederações. Nós fomos a oito confederações e iremos a todas até o início do ano que vem.

Então, eu gostaria de muito rapidamente falar do nosso projeto que está em andamento, financiado pelo Ministério do Esporte, sempre fazendo o retorno ao Ministério dentro dos dados que estabelecemos.

Muito obrigado a todos!

Muito obrigado à Comissão pelo convite! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Prof. Fernando Marinho Mezzadri.

Antes de passar a palavra ao Deputado Luciano Bivar, quero citar a presença do Sr. Lúcio Rogério, Presidente do Confef — satisfação tê-lo aqui — e da Sra. Fabiana Bentes, da Sou do Esporte.

Depois teremos algumas perguntas pelo Portal e-Democracia.

Hoje é um dia bom para podermos também abrir a palavra ao público. Vamos ter oportunidade de fazer também considerações.

Tem S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LUCIANO BIVAR - Boa tarde, Sr. Presidente!

Boa tarde, senhores professores!

Boa tarde, plateia!

Sr. Presidente, Deputado João Derly, antes de mais nada, quero parabenizar V.Exa. por esta iniciativa, por este interesse pelo esporte.



Quero deixar só um depoimento aqui como esportista, não como Deputado, mas como uma vida inteira integrada ao esporte.

Vou dizer um pouco quem eu sou para que tenham ideia do depoimento que vou fazer e da profundidade que ele possa ter dentro da avaliação dos senhores.

Fui seis vezes presidente do Sport Club do Recife, quase 12 anos presidente de um clube que tinha mais de 15 modalidades olímpicas. Fui o primeiro presidente da Liga do Nordeste. Fui diretor do Clube dos 13. Mas o meu negócio não era futebol. O meu negócio era esporte amador. Fui atleta de tênis. Joguei a minha vida inteira tênis, joguei até fora do Brasil, representando o meu clube. Sempre dedicado a isso. Costumo até dizer que acho que cresci na minha empresa — eu trabalhava numa companhia de segurança —, porque o presidente jogava tênis. Ele queria um *sparing*. Aí me levava para o mundo inteiro. A primeira coisa que ele pedia é para que eu levasse uma raquete na bolsa. Não sei se cresci na companhia — cheguei a ser vice-presidente — pela competência ou pela raquete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - V.Exa. entregava o jogo ou como era a partida? (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO LUCIANO BIVAR - O melhor, Deputado, é que ele sempre queria fazer dupla comigo. Naquela época eu jogava. Hoje, às vésperas dos 73 anos, ainda jogo o meu tênis nos finais de semana.

O que quero dizer e o depoimento que quero fazer, principalmente aos senhores do Ministério da Educação, é que os Estados Unidos têm como célula mater dos atletas as universidades, dão todos os incentivos. Eu já joguei tênis no exterior. O meu companheiro que jogava muito melhor sempre foi convidado para ter bolsas nas universidades, tanto da Geórgia, como do Texas, por conta da habilidade dele no tênis, e o Canadá também. São esses países todos que têm como célula mater as universidades. Os países massificados — Cuba, Rússia, China — têm como célula mater o Estado, que pega o garoto às vezes desde os 12 anos, já separa até pelo seu aspecto biológico, morfológico não digo, mas a condição física e tem um tratamento especial.

No Brasil, a célula *mater* — eu digo sem medo de errar — são os clubes. Eu não sou lobista de clube aqui, inclusive o Presidente do Esporte hoje é o meu



adversário político. Mas eu acho que, se não houver um incentivo aos clubes que praticam o esporte olímpico, nós não teremos um futuro muito grandioso.

Nós temos aqui investimentos de mais de 773 milhões do Ministério com relação a bolsas. O trabalho que os senhores fazem do Ministério com essas pesquisas é muito importante. O denodo do carinho que tem todo o Ministério do Esporte com eles é muito grande. Mas qual é o incentivo que têm os clubes? Zero, absolutamente, zero.

Briguei na minha cidade para que, na época, a companhia de energia que era do Estado incentivasse o clube e isentasse-o da taxa de energia, não do estádio de futebol, mas de quatro ginásios onde se praticava o esporte. E, na Câmara de Vereadores e na Assembleia Estadual, negavam, afirmando que os clubes não precisavam daquilo, que eles precisavam, na verdade, financiar creche. Então vinham os políticos demagogos incitar que outra coisa era prioridade.

Claro que são prioridades, mas, se nós estamos tratando do esporte amador, vamos dar incentivo. Não é dar dinheiro ao presidente de um clube corrupto para pegar aquele dinheiro e botar no bolso, não. É dar incentivo. Para quê? Para que o clube tenha condições de abrigar esses atletas formados com bolsas.

Talvez haja 50 mil bolsas. Como diz aqui o Prof. Fernando, pode-se ter muito menos bolsa com mais incentivo para esses clubes, que são a célula *mater* do nosso esporte brasileiro, para que nós criemos talentos.

Esta é a mensagem que eu quero dizer, que eu quero transmitir. Eu acho que tem que se olhar para os clubes, para que aqueles clubes sejam verdadeiramente cadastrados, analisados rigorosamente pelo Ministério Público, como se fosse uma agência de controle, para que aqueles incentivos — que não são subsídio, são incentivos — sejam feitos em benefício do desportista.

Eu tenho absoluta convicção de que nós formaremos muito mais atletas amadores se nós dermos na casa deles, na célula *mater* deles, condição para se praticar esporte. Não precisa nem da bolsa, e a bolsa pode ser muito reduzida.

Não adianta um atleta paraolímpico ganhar 3 mil e 500 reais, 4 mil reais ou 5 mil reais ou o não paraolímpico ganhar 15 mil e ir para um clube que não tem os equipamentos para ele praticar. Ele vai para onde? Vai treinar nos Estados Unidos, em Miami, numa piscina de natação, para ser um grande atleta.



Então, nós precisamos incentivar. Precisamos ter cuidado e punir aqueles clubes que efetivamente não cumprem com essa obrigatoriedade ou com esse dever esportivo, porque quem está ali é porque gosta do clube.

Nos clubes antigamente, todos os presidentes dos clubes e os outros dirigentes advinham da parte esportiva. Eu fui presidente do clube porque eu era atleta de tênis, assim como o meu sucessor, o vice. Hoje sabe de onde advêm os presidentes dos grandes clubes de futebol? Eles vêm de chefe de torcida. Eles não têm nenhum comprometimento com o esporte amador, não têm nenhum desejo de qualificar. É um torcedor fanático e, muitas vezes, mal intencionado.

Esse era o depoimento que eu queria deixar para V.Exas, para que façam uma análise. Eu leio muito sobre o assunto. E vejo que os clubes, que são a nossa célula *mater*, estão absolutamente à margem desse processo de renovação do esporte amador no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Deputado Luciano Bivar.

Agora, vamos fazer as perguntas. Vou lê-las e abrir para o público, para que as pessoas interessadas possam fazer as suas perguntas. Se precisarem de caneta e papel para anotar, nós podemos fornecer, para que façamos respostas em bloco.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Nós estamos aqui com o Laercio, o Elias e o Pereira, do portal e-Democracia. Vamos ressuscitar o falecido Sistema Brasileiro de Documentação e Informação Desportiva — SIBRADID. Conhecem? Essa é a primeira pergunta.

Depois há a pergunta da Profa. Cássia Damiani. Houve forte investimento público no esporte nessa última década para se consolidar uma política planejada de longo prazo. Prof. Alberto, quais foram os resultados obtidos, quais devem ser os mecanismos de controle de tais investimentos, é necessário emprego de tais recursos para o esporte?

Pergunta do Sr. Gilson Vasconcelos Dobim. Prof. Reppold Filho, até que ponto a PEC, que reduziu os gastos públicos para os próximos 20 anos, pode ter impactado



negativamente as políticas públicas de redução do sedentarismo por meio da prática de esporte no País? Qual pode ser a alternativa para essa situação?

Há uma pergunta do Mauri de Carvalho, que não entendi. Pode ser que ele possa me ajudar aqui. Esporte e democracia. O que é democracia? Não sei se alguém pode me ajudar. De repente, vou pedir ao Mauri que especifique melhor um pouco a pergunta, para que possamos respondê-la.

Prof. Reppold, o que o Governo precisa fazer para dar continuidade aos programas desportivos criados para fomentar o esporte de alto rendimento?

Vou abrir no máximo para quatro pessoas, para que façam as perguntas do público. É importante, quando falarem ao microfone, identificarem-se, para que possamos anotar no nosso controle. Devem também assinar a autorização e a vinculação da fala. Depois eu farei as minhas perguntas e considerações.

O SR. LÚCIO ROGÉRIO. - Boa tarde a todos. Sou Lúcio Rogério, represento a Secretaria-Executiva da Frente Parlamentar Mista da Atividade Física para o Desenvolvimento Humano, que faz trabalho voluntário e hoje é presidida pelo Deputado Evandro Roman, membro desta Comissão.

Represento também, devido a pedidos especiais, o Presidente Jorge Steinhilber, que lamenta não estar aqui. Ele alega que, por não ter recebido um convite institucional, teve que priorizar outro convite que recebeu.

O Conselho Federal de Educação Física — CONFEF, através do Presidente Jorge, pediu-me para transmitir a todos desta Mesa que o Sistema CONFEF- CREF quer se colocar à disposição, não só para fornecer dados, mas também para construções e ajudas nas propostas e projetos. Hoje, nós estamos chegando a 400 mil profissionais de educação física registrados no País. Essa é uma entidade que não que não deve estar fora dessas discussões.

O Presidente Jorge me pediu que destacasse especialmente as pesquisadoras Andréa Bolzon e Maria Lucia. Os dados são importantes para que se consolide o entendimento de que, para se garantir qualidade de vida e saúde no nosso País, a principal e melhor ferramenta é o exercício físico, é a atividade física, sem nenhuma dúvida. Isso reduz drasticamente os custos públicos com problemas de saúde.



É preciso, porém, chamar a atenção para o fato de que o exercício físico deve ser ministrado por quem conhece essa modalidade, essa ferramenta, que são os profissionais de educação física.

Dito isso, eu quero frisar, por exemplo, os dados de que Brasília foi a capital com o número de participantes e praticantes. Isso tem a ver com políticas públicas, com cultura. Anos atrás, profissionais como Mário Cantarino, Mingo, Julio Adnet, Pedro Rodrigues e Mileno Tonissi trabalharam as políticas públicas no Distrito Federal, independentemente do Governo, e com o Governo, efetivando o acesso à população.

Então, a população de hoje responde ao aprendizado que teve na sua infância.

Eu tenho aqui a presença de dois profissionais, o Prof. Ricardo e o Prof. Orlando, que são os remanescentes desses projetos e os responsáveis... Eu quero agradecer a vocês dois, e, na pessoa de vocês, a toda aquela equipe que trabalhou durante anos, brilhantemente. Graças a vocês, nós temos o resultado que temos hoje no DF, que é pífio se comparado com o resultado que poderíamos ter se os projetos tivessem continuado, se a política pública para o esporte no Distrito Federal tivesse sido encarada com seriedade nos últimos Governos. E, mesmo sem ter sido, temos esse resultado maravilhoso.

Portanto, esse é um bom exemplo para mostrar que basta dar acesso. E o problema maior do nosso País é que a educação física na escola não é uma obrigação do Estado. Nas séries iniciais, no ensino infantil e no ensino fundamental, até o quinto ano, ainda não é necessária a presença de professor de educação física ministrando as aulas.

Nós já conseguimos fazer com que o conteúdo seja obrigatório. Porém, esse conteúdo é ministrado por pessoas que não têm preparação. As nossas crianças chegam ao quinto ano do ensino fundamental sem conhecer a movimentação, sem conhecer a atividade motora de forma correta.

E aí os professores de educação física, cuja presença é obrigatória a partir do 5º ano, precisam não só corrigir todo esse problema, mas também trabalhar a formação esportiva e outras possibilidades.

A escola não tem um foco esportivo obrigatório. O esporte é uma ferramenta, um meio, e não um fim na escola. E é isso que traz problemas para todo o resto.



Sem a formação completa do cidadão no ensino fundamental e no ensino médio, portanto, em todo o ensino básico, essas crianças ou esses jovens saem para a vida adulta sem conhecer a importância da atividade física para sua qualidade de vida, para sua saúde, para manutenção de uma vida mais completa e correta. E isso também representa falhas na busca de alto rendimento.

Então, se os senhores e senhoras puderem comentar um pouco essa questão... Os próprios dados comprovam tudo que estou falando.

Hoje, a Câmara aprovou um projeto de lei resgatando a obrigatoriedade de a educação física ser ensinada por professores. Isso está no plenário do Senado. Já foi aprovado na Comissão de Educação, mas está parado pelo Ministério da Educação. O Ministério não quer que seja aprovado, porque entende que vai ser custo, vai ser gasto, e não investimento.

Aí está o resultado também das pesquisas: ensino público ou privado? Melhores resultados nos esporte para as escolas particulares, piores resultados para as escolas públicas? Modalidades que são menos onerosas, como o atletismo, que pode ser ensinado mais facilmente e com melhores resultados no ensino público do que no ensino privado? Isso é óbvio.

Falta investimento na maior parte das escolas do País e da população que é atendida por essas escolas, que são as escolas públicas.

Soma-se a isso, é claro, que há toda a necessidade dos esportes nos clubes. Os clubes são primordiais como ferramentas. Todas essas ações e falas aqui ditas nós queremos apoiar, mas precisamos frisar e pedir ajuda ao Deputado João Derly, à toda Comissão do Esporte, a cada um dos senhores pesquisadores, ao Brasil inteiro. Temos que mudar a nossa escola, temos que fazer pressão no Senado para que a lei determine professor de educação física no jardim de infância, nas series iniciais, para que a motricidade seja realmente trabalhada, para que o cognitivo de nossas crianças seja completo através da atividade física e do esporte na escala do ensino básico.

Se os senhores puderem comentar, nós agradeceríamos. Desculpas se nos estendemos muito. Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Sr. Lúcio.

Tem a palavra o Sr. Albenes Souza.



O SR. ALBENES SOUZA - O meu nome é Albenes. Eu sou de Ceilândia, uma cidade satélite de Brasília, que é referência no atletismo. Tenho realizado esse trabalho por 40 anos. Nós nunca tivemos ajuda de ninguém, e nós temos conseguido ir para frente, vimos um Marílson, um Valdenor, um Clodoaldo, que são grandes atletas do País. Antes tivemos Joaquim e Eronildes, todos atletas de Brasília, que é uma referência no esporte.

Acredito que o que falta a todo o Brasil é procurar investir mais na base. Duas coisas que poderiam ser feitas, mas não são: educação e esporte, sempre analisando essas duas coisas, independentemente se é esporte de alto rendimento ou não.

Essas duas coisas têm que caminhar juntas porque é através de uma brincadeira, através de um estímulo a uma criança que vai se analisando suas habilidades e vai direcionando essas crianças para uma modalidade.

Então, nós temos que saber da Mesa o que é esporte e o que é atividade física. São coisas iguais, não há diferença. As diferenças são as modalidades de cada um.

A Ceilândia é mesmo uma cidade carente, onde existem muitas crianças jogadas às ruas, que não tem nenhum projeto social, não tem nenhum projeto esportivo, que não tem nada. A gente tem feito alguma coisa em prol da comunidade.

Deputado João Derly, que está brigando por isso, entenda que hoje a coisa mais fácil para o País é o atletismo porque, como o Lúcio falou, não requer grandes investimentos, assim como eu faço nas ruas.

Lá tem uma vila, mas a gente que é pobre não pode entrar na vila. Ela foi feita para determinado grupo de pessoas. Nós trabalhamos nas ruas de Ceilândia. Eu tenho muitos resultados de pessoas que eu tirei das drogas, do crack, de usuários de cocaína, de maconha, de traficantes e de bandidos. Esse é o nosso trabalho. O esporte é isso!

Quando você pega essa criança ou o adolescente, treina de manhã, treina de tarde, à noite essa pessoa está cansada e vai dormir, ele não vai sair para fazer nada de errado. Nós temos trabalhado dessa forma. Eu tenho vários exemplos. Vocês podem entrar nas minhas redes sociais que vão encontrar várias reportagens. O esporte e a educação são as coisas básicas da vida de qualquer cidadão.

Todos falam, falam, falam, existe aqui um monte de papéis escritos, mas não vejo nada na prática. Eu fico envergonhado. Fiquei sabendo disso aqui porque um



garoto passou dizendo: “Olha, haverá alguma coisa, porque o Deputado João Derly está lá falando”. Pensei: “Vou lá ver”. Então, estou há 40 anos lendo dados, mas não vejo resultado nenhum.

Eu fui às Olimpíadas na Austrália. Recentemente, os Estados Unidos me levaram, também querendo que eu os ajude a montar um projeto social para retirar pessoas das ruas, porque nos Estados Unidos também há muita gente pobre. Eu estive lá em vários bairros, no Brooklyn. Eu fui a todos os lugares, onde vocês imaginarem.

O esporte e a educação são ferramentas simples, básicas para implantar o atletismo. Quem pratica o atletismo? Quem é que pratica atletismo? Pobre da periferia. O que ele come? Ele tem tênis, tem *short*? Não. Como faço? Eu saio pedindo às pessoas, e até me chamam de doido. Isso há 40 anos, Deputado João Derly.

O Marilson é bicampeão de Nova York, tricampeão de São Silvestre, foi às Olimpíadas, mas o País é cego, não vê essas alternativas de combate à doença, a tráfico. Há essa doidice. Se você for a São Paulo, verá uma avenida com pessoas todas abandonadas pelo Estado, coitadas. O Estado não é presente. Se for ao Rio, o Estado também não é presente. Por quê? Não há pessoas com perfil para trabalhar com aquilo. Não é qualquer pessoa que tem uma boa formação para trabalhar com aquelas pessoas, é preciso ter perfil.

Pensem bem, quantas pessoas podem se envolver com uma bola de futebol? Uma bola de futebol custa 40 ou 50 reais! É uma vergonha! E aquelas pessoas não têm nenhuma bola para brincar.

Na Câmara Federal ou no Senado vê-se beleza, uma maravilha, tudo arrumado, mas quem é que vai lá fora? Ninguém. Então, temos que arrumar outras maneiras de fazer um trabalho mais esportivo e social de modo a retirar essas pessoas, ajudando o País a sair de onde estamos. Todos falam do tráfico, que alguém está matando, usando drogas, mas não há alternativas. O poder não dá alternativas para aquelas pessoas.

Estou nisso e digo com toda sinceridade que não vi alternativa, ao longo desses 40 anos, como educação e esporte. Todos os meus garotos estão formados. Eles não são mais pedintes. Eles não pedem mais nada a ninguém. Sabe por quê? Eles têm formação, têm conhecimento. Quem tem formação e conhecimento não pede nada a



ninguém, porque ele sabe que, estudando, vai sair do outro lado. Eu posso lhe dar mil exemplos.

Aqui na Câmara há vários amigos meus que sabem disso, mas até hoje o Estado é cego. O Estado não quer saber disso. No papel tudo é escrito bonito, mas quem vai lá para fazer o trabalho, na prática? Teoricamente, todas as pessoas falam mil e uma coisas, “que o esporte é isso, que a educação é aquilo”, mas, vai-se ao Maranhão e não há escola. Os meninos estudam debaixo de uma árvore. Em plena Capital da República, em uma Cidade Satélite, a escola não tem nem banheiro, não tem água, não tem nada. Como vamos fazer isso? É uma pergunta que eu gostaria de fazer.

Alguém tem que sair da mesa, criar um grupo de trabalho e atacar esses problemas sociais, rápido. Sabe por quê? Vamos chegar a uma situação muito grave por falta de educação e por falta de atividade física. A nossa população cada dia está mais obesa, por falta de atividade física, porque o Estado não se envolve. Vá a uma periferia para ver a situação das pessoas; as crianças jogadas nas ruas; a escola não oferece nada. Tudo para pobre é feito de má qualidade. Por quê? A rua do pobre é malfeita; o asfalto é mal feito; a instalação de luz é toda feita na gambiarra.

Eu não entendo. Eu quero entender. É uma vergonha nacional!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, professor.

Eu sei que todos ficam na ânsia de falar, mas peço que reduzam um pouco a pergunta, para dar oportunidade aos expositores poderem responder.

Mais alguma pessoa deseja falar?

Depois, passarei a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy.

A SRA. FABIANA BENTES - Boa tarde a todos!

Boa tarde, Prof. Mezzadri, Reppold, Deputado João Derly, Lindberg, Rui, vários amigos que trabalham atuando no ramo do esporte.

Em uma outra vez, eu comentei do Complexo da Maré. Eu também trabalho para o BID. Eu falei isso. O professor tem totalmente razão. Faço uma reflexão do momento em que vivemos no País, em relação aos menores infratores.



Hoje, não temos como recuperar crianças, jovens, entre 11 anos e 17 anos, por meio da educação. Eles não voltam para a escola. Pode-se dar tudo o que for possível, mas eles não voltam para a escola.

A única ferramenta social que temos para reintegrar esses indivíduos na sociedade, independente de eles se formarem como engenheiros ou professores, é levando-os para o esporte, oferecendo essa parte de desenvolvimento, um ambiente positivo para eles, recuperando os valores da sociedade e fazendo com que eles repensem se retornam ou não para a escola. Se eles não retornarem, pelo menos, que eles sejam cidadãos de bem, estejam em outras profissões que não necessitem de uma formação educacional muito avançada.

Hoje, temos que ter um cuidado muito especial. Representando o BID, quero dizer que temos um cuidado muito especial com os menores infratores, em relação à segurança pública e vemos no esporte a única ferramenta, a curto prazo, de reverter esse quadro. A educação vai reverter a médio e a longo prazo crianças, de 5 anos, 6 anos, 7 anos, 8 anos, que ainda não estão inseridas no contexto violento de favelas.

A partir de 10 anos, crianças que saíram da escola e foram chamadas pelo tráfico, não voltam para escola. É uma limitação acreditarmos que o esporte de alto rendimento. É uma limitação acreditarmos que o esporte é só confederações, apesar de eu trabalhar com a parte de governança das entidades esportivas.

Mais do que tudo, a minha preocupação principal, é a criminalidade do menor infrator. Temos uma ferramenta muito poderosa: o esporte. Até na África do Sul, Nelson Mandela conseguiu reverter situações gravíssimas.

Temos que acreditar que o esporte está além das medalhas olímpicas, das confederações. Precisamos trazer para participar da Mesa os Municípios, os Estados, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a ONU, todas as organizações que estão lutando em prol desse objetivo.

Nós não precisamos inventar a roda. Precisamos simplesmente executar.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - mais uma pessoa, como não tem ninguém para utilizar, antes de passar a palavra para o Deputado Arnaldo Jordy, eu vou iniciar aqui.



O esporte geralmente é um eterno recomeço. Eu brincava, até mesmo antes de pensar em estar na política partidária, e falava: *“poxa, todo início de Governo, por conta das mudanças, nós tínhamos que recomeçar”*. Ao recomeçar, mudava a linha de atuação, e tínhamos que reconstruir tudo, até com os agentes políticos.

Então, entravam, geralmente, na parte de esporte, pessoas que não tinham domínio da área, tinham *know-how* na questão da gestão pública, mas que tinham que estudar muito, que aprender muito, porque patinavam na iniciação.

Então, vivemos este constante recomeçar. Isso é um grave problema na estruturação esportiva do nosso País, porque estamos sempre patinando, dependendo muito das ações do Governo, e até o financiamento do esporte brasileiro, em grande parte... eu acho que os nossos grupos de pesquisa, que possuímos hoje no Ministério, podem apontar qual é o percentual de investimento que ocorre no esporte e quanto é público, é claro que se entrarmos na seara do futebol isso muda um pouco, mas na perspectiva do esporte olímpico e do esporte amador, enfim, isso é altíssimo.

Eu fico feliz em termos conteúdo, porque na minha vida de atleta, de desportista, eu tive a oportunidade lá na UFRGS, no LAPEX, de testar toda máquina que chegava nova, me convidavam para estrear a máquina, para fazer o teste, eu ficava lá, furavam os meus dedinhos, depois, eu ia treinar com os dedos doendo. Só que havia um distanciamento da pesquisa, do resultado que aquilo podia proporcionar para a prática da minha vida como atleta.

Eu percebo hoje que estão aumentando as nossas pesquisas e as oportunidades, o nosso País está conhecendo um pouco mais isso, só que ainda há distanciamento entre a prática efetiva e a legislativa. A cada dia mais carecemos — é nítido isso — de um sistema urgente para o nosso País, um sistema esportivo e um plano.

Então, para que diminuamos esse distanciamento é extremamente importante conhecermos o que nós temos de conteúdo. Então, nessa linha é importante saber o quê? Se nós vamos ter facilidade ou se já é público esse banco de dados que cada entidade possui — eu acho que isso vai ajudar muito. Tem que haver uma integração entre todos os programas e pesquisas que acontecem em nosso País, temos que fazer uma integração.



Fala-se muito de gestão, na gestão pública tem que haver comunicação. Então, uma Prefeitura não funciona se não houver comunicação entre as secretarias, os secretários e o corpo que atua em cada local. Se não há conversação, se não tem união para tentar aparar as arestas, as coisas não andam.

Então, é importante conseguirmos unir isso, e eu acho que é um papel de todos nós para unir forças em prol do esporte.

Ah! Alguns defendem a prática só na escola ou defendem só o auto rendimento. Nós temos que parar com isso e unir forças para solucionar o problema de infraestrutura, que foi muito dito aqui, unir forças para que possamos ter educação física nas séries iniciais para o desenvolvimento motor das nossas crianças e até para ajudar nas aptidões físicas para o futuro daqueles que serão atletas de rendimento ou alto rendimento.

Eu acho que a escola é o melhor local para podermos achar esses talentos. No Rio Grande do Sul, por exemplo, eles estavam buscando pré-adolescentes com 12 ou 13 anos para a prática do basquete. Eles tiveram que diminuir a idade porque as crianças não conseguiam nem correr. Elas tinham dificuldade de correr. Não sabiam o movimento da corrida, muito menos com uma bola quicando.

Então, eu acho que nós temos este papel. É o momento de começarmos a unir forças. Temos que garantir a educação física. Temos que garantir como o nosso sistema vai se portar. Eu sei que grande parte dos nossos atletas vem de clubes, mas também temos atletas nas universidades, em associações e agremiações. Então, nós temos que discutir o que é importante. Devemos parar. Nós brigamos tanto para haver investimento nos esportes, mas que seja uma aplicação correta. Eu acho que isso vai ajudar muito.

Nós temos pesquisa, temos conteúdo e sabemos, por exemplo, quanto custa uma medalha. Depois, podemos até ver se há algum atleta. Então, sem mencionar o nome de ninguém, quanto custou ao poder público uma medalha até chegar lá, incluindo patrocínio e outros fatores?

Conseguiremos ter as informações abertas até para ajudar na atualização. As pessoas terão a oportunidade de dar o conteúdo de atualização, e isso ajuda muito.

Cerca de 30% do envolvimento das pessoas com algum tipo de atividade chegaram a esse corte. Eu sei que foi falado que um dia pode representar uma



atividade. Mas como foi feita a metodologia, só para eu poder entender como chegaram lá?

Acho as escolas ativas muito interessantes e importantes. Hoje tudo está mudando muito. O mundo muda muito e é muito rápido. A Internet tem esse papel. Então, a escola ativa é um bom caminho para que possamos inserir mais atividades para as crianças.

Sobre o IBGE, eu percebi que as pessoas relacionam como prioridade a educação e a saúde, mas não relacionam isso com o esporte. Se a opinião é por não enxergarem o esporte dentro das suas comunidades... Eu saio em um bairro de periferia lá em Porto Alegre, em uma escola de ensino estadual, mas se não enxergam isso, e vi muitos amigos meus se perderem e serem assassinados...

eu saí de um bairro da periferia de Porto Alegre, numa escola estadual. Mas se não enxergam isso... Vi muita gente se perder no caminho, amigos meus que foram assassinados. Se não enxergam isso dentro da comunidade, na sua escola e não percebem a influência que o esporte tem sobre essas duas áreas, que é a educação... Quando falamos educação integral, temos que falar educação do corpo, não podemos deixar... Educação não é estar parado na sala de aula o dia inteiro. Fazíamos educação integral e a saúde... Eu sou fruto da saúde. Foi por indicação médica que entrei no esporte. Eu era asmático. Hoje não sofro de asma. Dizem que um dia vai voltar, mas que volte lá para frente.

Sobre o projeto inteligente esportivo, como é que ele é atualizado, por que há muita mudança? Pelo menos o Bolsa pode e o atleta acaba descendo no ranqueamento. Como é que funciona a atualização para entendermos um pouco melhor?

Vi nos *slides* falar sobre os clubes. O clube bastante citado foi o Pinheiros. Há também o controle com outras associações? Há pessoas que não vêm de clube, mas de universidades. O atletismo tem muita universidade...

(Não identificado.) (Fala fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Sim, tem de rua, mas tem... Estou falando do rendimento, a questão do rendimento.

Eram essas as perguntas que tinha a fazer.

Vou passar a palavra ao Sr. Deputado Arnaldo Jordy. Se quiser utilizar...



Vou iniciar pela ponta, pela Sra. Maria Lucia França Pontes Vieira.

A SRA. MARIA LUCIA FRANÇA PONTES VIEIRA - Sr. Presidente, primeiro quero esclarecer que os dados do IBGE estão na página para *download* gratuitamente. Há tantos microdados que os pesquisadores podem usar e fazer a tabela que quiserem quanto um tabular que já construímos na época da divulgação da pesquisa, que também já tem muitos resultados que podem ser acessados.

Como falou o Sr. Albenis, há todo um contexto de fatores que pode dificultar um pouco as pessoas a chegar a praticar atividade física. Acredito que esse investimento tem que começar na base, como na educação. Ninguém se forma na faculdade sem passar pelo primário. O atleta não nasce pronto. Ele precisa conhecer o esporte, tomar gosto pelo esporte e se desenvolver no esporte, seja por motivo de saúde ou por qualquer outro motivo. Ele precisa tomar contato. E esse tomar contato, não tem jeito, é na infância. Para ele chegar a ser um atleta de alto rendimento tem que ser na infância.

Como foi dito, o esporte é bom para a saúde. Ele educa. Ele traz responsabilidade, comprometimento, foco, afasta de maus hábitos, sociabiliza em qualquer idade. Ele traz muitos benefícios. Talvez esses benefícios não sejam vistos com tanta clareza por pessoas com pouco menos de conhecimento. Não sei se... campanhas de esclarecimento nós até vemos.

Mas eu não sei o quanto isso atinge as pessoas que saem de casa às 7 horas da manhã para trabalhar, ficam 2 horas no ônibus, ficam 8 horas, 10 horas trabalhando, depois levam 2 horas para retornar do trabalho. Que horas essa pessoa leva o filho para fazer algum esporte? Que horas que essa pessoa leva o filho ao clube, se não há algo perto, se não há algo acessível, para poder levar essas crianças ao clube? Então, por isso que eu faço esse reforço.

Eu acredito que esse investimento nas escolas é fundamental. Porque, para a escola, a criança vai. Não tem jeito. Então, se ela não tem acesso a um clube, a uma quadra poliesportiva ou a alguma academia que tenha nataçãõ, por exemplo, na escola, a criança vai ter contato, na escola, ela vai aprender. E, depois que a criança cresce um pouquinho, ela já vai sozinha.

Eu acho que merece destaque essa questão toda do investimento básico na Educação Física da educação básica e talvez esse esclarecimento, mais



esclarecimentos, sobre todos esses benefícios que o esporte, que a atividade física traz para a vida da pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Concedo a palavra ao Sr. Alberto Reinaldo Reppold Filho.

O SR. ALBERTO REINALDO REPPOLD FILHO (Betão) - Eu vou começar... Na verdade, foram várias perguntas, Sr. Deputado. Eu vou responder as primeiras perguntas, que são de V.Exa. Depois talvez os professores respondam, e posso retornar talvez, para não ficar também... Como são várias perguntas, para não monopolizar o uso da palavra.

Primeiro, eu quero começar com a questão tratada pelo Deputado João Derly, que é a do recomeçar sempre. Eu digo que nós já sabemos e todo mundo sabe que o sucesso, em qualquer política, em qualquer ação governamental, ou mesmo fora das ações governamentais, depende de políticas continuadas. Isso é um fato que nós já sabemos há muitos anos e que se manifestam sistematicamente, de uma forma recorrente, nas discussões sobre política de esporte, política de Educação Física no Brasil.

Então isso de fato caracteriza um tipo de cultura, de gestão, de formulação de política, de condução das questões públicas no Brasil, que é um problema sério. Então nós não vamos ter sucesso se nós, repentinamente agora, reduzirmos os recursos destinados ao esporte. Então isso é fato.

Obviamente, nós temos crises econômicas. Há outras coisas que afetam, mas o sucesso depende fundamentalmente de políticas continuadas. Então nós temos que ter essa maturidade política, tanto os nossos políticos quanto os gestores, nesse sentido.

Claro, o Brasil tem uma peculiaridade, eu diria assim, quando nós o comparamos com outros países que são economicamente fortes, que é o fato de que o modelo brasileiro de esporte e de financiamento do esporte difere, por exemplo — vou citar duas situações —, do modelo americano, do modelo canadense, do modelo inglês, do modelo australiano.

Obviamente nós somos um País com muitas desigualdades sociais. Nesses países, a população tem recursos para, de uma forma privada, fazer essas atividades, comprar serviços voltados à atividade física desportiva. Eles também têm acesso a



um trabalho, vamos dizer, escolarizado de excelentes instalações nas escolas. Isso cria as condições necessárias para uma cultura esportiva, para uma cultura de atividade física.

No nosso contexto, nós não temos essa estrutura. Então, envolve-se obviamente, para desenvolver essa estrutura, um grande investimento público continuado. E aí vem justamente a discussão de qual é o modelo de desenvolvimento do esporte que nós queremos fazer.

O PNUD — a colega trouxe informações a respeito —, tem um modelo que se baseia muito no modelo canadense, de um sistema que pensa na pessoa desde o seu ingresso na escola até o encerrar da vida, na idade avançada. Refiro-me a isso tanto no alto rendimento como nas atividades de lazer, nas atividades físicas, voltadas para a saúde, com várias possibilidades de entrada e continuação.

É claro que isso exige uma discussão forte. Aqui é justamente um dos locais mais fundamentais para esta discussão, para nós avançarmos no sistema nacional do esporte, que é uma coisa que está há anos emperrada. Temos que efetivamente avançar nisso, com políticas sérias e continuadas. Sem isso, sabemos que não vai funcionar.

Esse é um ponto importante a que me refiro, que envolve a sua observação, Lúcio — aproveito para te cumprimentar, ao te reencontrar aqui —, que é uma preocupação do nosso Conselho Federal; é uma preocupação das universidades; é uma preocupação dos políticos de forma geral, seja no âmbito municipal, estadual e federal.

Nós temos que efetivamente criar condições para a Educação Física e esporte na escola. Isso obviamente envolve Educação Física. Isso não é algo isolado do resto da escola, mas de pesados investimentos em educação, pesados investimentos em infraestrutura escolar, que não é só para Educação Física, mas é de forma geral. Ele envolve investimentos pesados na formação de pessoal qualificado para isso.

Também não adianta colocar uma estrutura sensacional na escola, se não há pessoal qualificado para isso. Não adianta não ter previsto recursos para manutenção dessas estruturas, mas são coisas óbvias que todos nós sabemos. Todos nós sabemos! Falta-nos, justamente, força política, o desejo genuíno de fazermos isso.



Senão, o que vira? Populismo. É isso que ocorre. Em algum momento se faz um discurso dessa ordem, mas efetivamente não se concretiza nada disso.

Esse é um aspecto muito sério, que se estende há muitos anos, quando se fala de Educação Física e o esporte, e que nós temos, efetivamente, que dar um basta a essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Professor, eu sei que não cabe fazer apartes, mas hoje estamos fazendo uma reunião mais informal.

A pergunta é — por exemplo, em Porto Alegre, a população perdeu a oportunidade de ter aquelas praças chamadas Academias da Saúde, porque não havia o entendimento de que cada academia deveria ter o acompanhamento de um professor de Educação Física — devemos lutar, primeiro, para haver a estrutura física, depois, é preciso haver pessoas para fazer o acompanhamento, para o desenvolvimento, ou é preciso haver os dois juntos?

Essa é a pergunta.

O SR. ALBERTO REINALDO REPPOLD FILHO (Betão) - Complemento um pouco essa observação do Deputado João Derly, pois eu vejo que há muitas diferenças regionais, geográficas, culturais no Brasil. A importância de todos esses estudos — eu começo justamente pelo estudo do IBGE, que nos traz o panorama mais geral da atividade física no Brasil — é que essas informações são fundamentais justamente para que nós possamos examinar em cada contexto qual é a ação mais correta de nós atuarmos.

Eu digo que não existe uma regra geral, porque sabemos que em termos de regra geral é preciso pessoal; recurso financeiro; uma boa gestão; dinheiro. É disso que precisamos. Isso é o geral. Agora, o quanto e quais as prioridades que nós vamos estabelecer em cada contexto, nós precisamos ter informação para tomar essas decisões.

Isso serve tanto para o contexto da Educação Física escolar como para o alto rendimento. A riqueza, por exemplo, das informações que o Inteligência nos traz, que o Referências também nos traz é justamente isso, na instância do alto rendimento. Nós também precisamos disso no alto rendimento. Nós fizemos esse conjunto de informações para os projetos esportivos sociais. Então, sem isso é muito complicado.



Eu diria que hoje nós temos uma situação mais favorável com relação a isso, se efetivamente levarmos em consideração os dados que são produzidos.

Nessa sua pergunta, em particular, eu considero os dados do IBGE de fundamental importância. O que acontece? Não sei se você se lembra, mas anos atrás o IBGE havia feito outros tipos levantamentos, não exatamente como esse, que não levaram em consideração sequer os processos decisórios. Então, nós temos um conjunto de informações ricas que não são levadas em consideração.

Em termos gerais, eu diria que esses quatro elementos são chaves: financiamento, pessoa qualificada, infraestrutura e bom modelo de gestão. Mas, em cada um desses contextos, nós temos que examinar qual é a realidade. Por exemplo, para algumas cidades com nível econômico mais baixo uma determinação ação; para áreas prioritárias outras ações. Tem que haver uma forte articulação entre as ações das três instâncias governamentais, das entidades comunitárias que estão colocadas aí também e do próprio Conselho Federal de Educação Física. Há várias instituições que têm que estar envolvidas nesse processo para que possamos pensar de maneira qualificada qual seria a melhor ação num determinado contexto. Isso se faz necessário devido à diversidade de possibilidades e situações de cada cidade: clima, nível socioeconômico das pessoas; uma está no litoral, outra, no meio do Cerrado. Bom, é mais ou menos por aí que eu responderia essa sua questão.

Eu não quero me estender demais, pessoal, para não tolher as possibilidades dos outros colegas.

Eu retorno depois às outras questões.

A SRA. MARIA LUCIA FRANÇA PONTES VIEIRA - Eu queria fazer um comentário, que é mais um convite a uma reflexão do que propriamente uma resposta às perguntas. Digo isso porque seria compartilhar um pouco também o meu próprio processo de reflexão como Coordenadora do *Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional 2017 - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas*. Nesse Relatório trabalhamos com acadêmicos muito reconhecidos na área da educação física. Contamos com professores da UFRGS, com o Estiguer, o Valter Bracht, o Mauro Betti, o Alexandre Palma, enfim com muitos professores que são bastante reconhecidos na academia.



O que eu aprendi trabalhando nesse Relatório foi olhar para a atividade física esportiva como um direito das pessoas, e não como um dever das pessoas. Isso exige uma mudança sutil, eu acho, na nossa visão. Por quê? Porque rapidamente acionamos a chave do esporte, da atividade esportiva, como uma ferramenta, como uma coisa que usamos para obter outra coisa; porque é um lugar comum, onde estamos há muito tempo. Esporte é bom para tirar crianças das drogas, para promover a paz entre os povos, para isso e para aquilo. Mas temos de pensar que, se esporte é escolha, essa escolha é das pessoas, e não de quem está promovendo aquilo como uma ferramenta para fazer uma intervenção na vida de outra pessoa.

Quando isso acontece, a pergunta é: isso é escolha de quem? É escolha de quem está promovendo aquilo ou é escolha daquelas pessoas que estão lá como alvo daquela intervenção?

Eu estou provocando, estou chamando para essa reflexão conjunta, porque, quando falamos de escolha, ela tem que ser escolha livre e consciente. Escolha livre e consciente demanda muita construção. É mais ou menos assim: como eu sei se a minha escolha é livre e consciente, se estou participando de um ou outro processo, se estou sendo levado por um processo? Em que medida quem está escolhendo o quê? Em que medida eu tenho elementos para construir essa escolha livre e consciente?

Quando eu fui conversar com alguns acadêmicos, alguns deles não receberam o PNUD — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento muito bem. Por quê? Porque eles são muito críticos com o discurso dos organismos internacionais sobre esporte. Nas Assembleias Gerais das Nações Unidas, em que resoluções são adotadas, foi adotada uma resolução em dezembro, o discurso ainda tem essa pegada muito instrumental. E essa pegada não reconhece o valor da atividade física esportiva do esporte em si mesmo. Isso tem um valor em si mesmo. E, quando as pessoas se envolvem com isso de coração, elas estão se envolvendo por esse valor que é em si mesmo da coisa.

Há essa coisa das campanhas. Será que as campanhas funcionam ou não? Uma das reflexões que fizemos é que muita campanha é feita com base na pedagogia do medo: *“Faça atividade física esportiva, senão você vai ficar doente, senão vai acontecer uma coisa ruim”*. Há pesquisas que mostram que isso não funciona, que a



peessoa pode até se envolver no começo, por alguns meses, mas aquilo depois não se sustenta. O que se sustenta é quando a pessoa cria um vínculo profundo com a atividade física esportiva. A atividade física é uma coisa muito individual, cada um vai construir esse vínculo profundo, vai ver se está buscando se divertir ou relaxar; se está buscando catarse; se está buscando excitação; se está buscando saúde. Enfim, tudo vale.

Então, essa multiplicidade de motivos precisa ser acolhida. Por exemplo, no caso das mulheres, elas não se sentem livres para se divertir e relaxar, quando olhamos a PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. A mulher só vai fazer exercício quando o médico manda. *“Gente, o médico mandou eu fazer exercício, eu vou ter que fazer.”* Ou faz pela forma física. Nós temos que ter mais liberdade. É isso que eu queria deixar registrado aqui.

Sobre essa dualidade do alto rendimento e do esporte de participação, o que estamos defendendo no Relatório é que todas as expressões são válidas e uma não pode existir em função da outra. Há muitas pessoas com a seguinte visão: *“Vamos promover o esporte na escola, porque de lá vão sair os atletas”*. Não! Vamos promover o esporte na escola, porque isso pode ser uma via de desenvolvimento para as pessoas, pode ser um enriquecimento na vida de cada um. Se isso vai dar ou não em alto rendimento, é outra história. São canais.

Os canais de pensar em como promover essas coisas, que institucionalidade dá suporte para isso, são coisas diferentes. Há exemplos de países do mundo que são instituições completamente diferentes. Não há competição pelo mesmo recurso. Hoje, quando se olha para o orçamento do Ministério do Esporte, vê-se o quanto de dinheiro foi para esporte de participação, quanto foi para o esporte escolar, quanto foi para o esporte de alto rendimento. Vai tudo para o alto rendimento. A maioria dos recursos vão para o alto rendimento. E aí se diz: *“Puxa, isso não é justo! Deveria ir mais dinheiro para o esporte de participação”*. Mas, não vai. Essa discussão está mal colocada, porque o esporte de rendimento é uma expressão importante também. Ele tem que ter a sua institucionalidade, o seu financiamento, os seus canais, assim como o esporte de participação deve ter.

Esse esporte para todo mundo é outra institucionalidade, é outro financiamento, é outro canal. Tudo vale. E uma coisa não pode ser em função da outra. Por isso o



modelo canadense pega aquela pirâmide. Antigamente havia uma pirâmide que fazia muito sucesso. Até hoje vemos a pirâmide por aí.

Outro dia vi uma reportagem na televisão na qual a pessoa falava da pirâmide: *“Aqui embaixo está o esporte escolar. Aí vai se especializando e se chega ao topo da pirâmide, ao alto rendimento”*. Precisamos colocar a pirâmide de lado e fazer isto promover atividade física esportiva para todas as pessoas que estejam no sistema escola bastante livremente, para que cada um veja qual é a sua. Depois as pessoas vão ter inserções variadas. Vai ter gente que vai para a especialização esportiva, que vai para o atendimento, vai ter gente que vai ter aquilo como uma questão de qualidade de vida para o resto da vida, tem gente que vai se reabilitar por meio do esporte. Todas as possibilidades são possíveis, são verdadeiras.

Eu só queria fazer este convite de coração. É que eu me eduquei fazendo relatório para mudarmos um pouco essa perspectiva do dever, no sentido do direito, para olharmos mais para a atividade física esportiva como um direito das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Prof. Fernando, o Deputado Jordy queria ajudar... O senhor permite? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, primeiro, peço desculpas por ter chegado quase no final da audiência. Outras atividades aqui nos absorvem e ficamos muitas vezes nessa angústia de poder cumprir com a nossa obrigação integralmente, mas não é possível, é alheio à nossa vontade.

Gostei muito de todas as falas que ouvi aqui.

Portanto, Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. e todos os nossos convidados, como o Prof. Fernando, a Sra. Andréa, o Dr. Alberto e a Sra. Maria Lucia. Cumprimento V.Exa. pela oportunidade de fazer este debate.

Eu não ia falar. Vim aqui até mais para ouvir, mas me inquietou algumas falas no bom sentido.

Acho que as obviedades, infelizmente, perderam o sentido neste País. Tudo o que os senhores falaram aqui é extremamente virtuoso, é extremamente correto. Essa questão da prática do esporte, no sentido de ser uma receita saudável da cidadania, antes de tudo, de todos os demais efeitos colaterais positivos, até o alto rendimento e o Brasil se transformar num país olímpico, não tem contraindicação. Se der tudo errado, deu certo. Infelizmente, não temos... E uma divergência do Prof. Alberto. Essa



compreensão não é da maioria dos políticos, lamentavelmente. Lamentavelmente, não é. Basta ver os exemplos que temos.

O Brasil está há 2 anos com o principal programa de esporte na escola, que é um cobertor importante. Nós temos hoje, segundo o Ministério da Educação, 97% de cobertura de matrícula escolar. Isso já foi muito pior, ainda que tenha uma parcela disso que é meio camuflado. Há sujeito que se matricula para pegar o vale-transporte, a merenda ou coisas do gênero, mas é uma boa cobertura que o Brasil dá de matrícula.

Portanto, a escola seria primeiro um fator. Aliás, foi o que vimos, nós, da Comissão do Esporte, em todas as experiências internacionais que deram certo. Nós fomos à Austrália, à Nova Zelândia, a Barcelona, aos Estados Unidos, à China — nós que eu digo é a Comissão, através dos seus diversos representantes — e recolhemos algumas experiências. E nessas experiências, algumas coisas são comuns. É só copiar.

Uma das coisas que vem no esteio dessa experiência exitosa é cobertura da prática do desporto na escola. Na minha região, amazônica, você tem 56% das escolas sem quadra de esportes, o que deveria ser um conceito proibido no Brasil. Não pode haver uma escola sem quadra, sem um espaço para prática, nem que seja uma quadra não oficial, meia-sola, do jeito que for, mas deve haver uma quadra, um ambiente para a prática do esporte. Nós temos hoje a maioria das escolas da Amazônia sem quadra.

O principal programa de atletas na escola que tínhamos está suspenso há 2 anos num país que tem 37 milhões de jovens em idade de prática escolar. Esse programa, quando deu certo, sua média de frequência era de 2,5 milhões de alunos. Já chegou a um pouco mais, um pouco menos, mas a média, quando existiu, era de 2,5, 3 milhões, dos 36 milhões de alunos em condições de praticar. Onde vamos chegar com esses números?

Este programa consumia, do Tesouro, no nono PIB do planeta, 68 milhões de reais. Pedro Barusco e Cerveró, dois diretores de quinta categoria da PETROBRAS, desviaram 97 milhões de dólares. De dólares! Geddel Vieira Lima foi flagrado um dia desses com 56 milhões escondidos em um apartamento.



Um pouco menos do que o Geddel tinha era equivalente ao maior programa do País, que está suspenso há 2 anos nas escolas brasileiras. Se pegássemos o dinheiro do Pedro Barusco e do Cerveró, daria para fazer quase dois programas desses. Cito apenas dois personagens, dos 148 que estão aí presos. Foram dólares. Estamos falando de 330 milhões de reais, de dois diretores da PETROBRAS.

Nós precisamos virar isso de cabeça para baixo. Faça o seguinte: pegue o COB. Seu presidente foi preso um dia desses pelas mesmas razões — corrupção — que talvez seja a política continuada mais frequente na prática do esporte brasileiro, a corrupção. As outras não existem. A corrupção é prática política continuada, como o senhor falou.

O Tribunal de Contas da União auditou por amostragem 11 confederações. Das 11 investigadas, em 10 havia práticas de improbidade. Havia uma empresa de turismo que servia praticamente todas elas. Só uma escapou. Aquilo que imaginávamos ser exceção virou regra. Estou falando do COB, estou falando da CBF, estou falando das confederações. Há exceções honrosas, para não ser injusto com ninguém, mas essa é a regra.

Então, precisamos virar essa agenda de cabeça para baixo. Senão, não chegaremos a lugar nenhum e o Brasil não será um país olímpico nunca. Para produzir o atleta de alto rendimento, deve-se melhorar a base, não tem jeito. É natural. É uma seleção natural. Se se aumentar a base, vai, claro, com a dedicação, o foco para o alto rendimento...

Nós temos um centro, o Maria Lenk, um elefante branco. Fomos lá um dia desses, está jogado às moscas. A maioria dos presidentes de confederação de esporte amador no Brasil não o conhece. O Vice-Presidente do COB, do Judô, foi conhecê-lo um dia desses. Depoimento dele. Está tudo errado.

Precisamos saber o que vamos fazer depois desse debate, porque dá uma angústia. Qual o desiderato disso? As estatísticas estão aí — PNUD, IBGE — todas convergindo para esse raciocínio, que nos indigna, que nos aponta alguns caminhos, como foi dito aqui pelos senhores, óbvios, mas nós precisamos ter uma estratégia para alcançar esse óbvio. Se cada um ficar na sua zona de conforto, com as suas estatísticas, o que vamos fazer depois desta audiência, no sentido de tentar alterar, um pouco que seja, esta realidade? Fica a pergunta.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Sr. Fernando, Marinho. Antes, à Sra. Andréa.

A SRA. ANDRÉA BOLZON - Por duas vezes, me esqueci de dizer que fizemos um *site* para o relatório. O endereço é www.movimentoevida.org. Lá estão os *backgrounds papers*, o relatório, dois vídeos, enfim, mais material de apoio ao relatório.

Obrigada.

O SR. FERNANDO MARINHO MEZZADRI - Vou começar minha resposta pelas questões e a Fabiana e o Albenis levantaram sobre a questão dos menores infratores. Vou citar uma autora, Alba Zaluar, que tem um livro do início da década de 90, intitulado *Cidadãos Não Vão ao Paraíso*. Não tão recente o livro, referente a uma pesquisa que ela fez em algumas comunidades no Rio de Janeiro. Mas se lermos o livro da antropóloga hoje, vamos observar que não há muitas diferenças naquilo que estava sendo proposto para os projetos sociais, incluindo o esporte, na década de 90, para 2017.

Eu acho que essa simbologia do que a autora nos colocou naquele momento e o que representa hoje é um pouco do que foi comentado aqui, das rupturas existentes, e da falta de um sistema para que possamos enxergar todas as dimensões esportivas no seu interior.

Hoje, nós temos um sistema funcionando. Existe um sistema não-oficial, mas existe, afinal o esporte funciona no País, mas há sobreposições de ações, profundas sobreposições. Nós não sabemos exatamente qual o papel dos governos municipais nesse processo, quais são os papéis dos governos estaduais.

Quando o Lúcio coloca a necessidade de educação física nas séries iniciais, nós defendemos isso. Mas qual é, efetivamente, dentro de uma proposta político-pedagógica da escola, com as suas relações com o desenvolvimento corporal da criança e com a porta do lado, entre a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Esporte, como se estabelecem essas ações para que nós possamos criar uma cultura esportiva no nosso País? Quando eu falo cultura esportiva, não é para o alto rendimento, mas para o desenvolvimento da sociedade em que vivemos.



Foi citado o sistema canadense. Eu fiz parte da comissão do Ministério do Esporte em que foi discutido o Sistema Nacional do Esporte, que teve como base inicial uma proposta do sistema canadense. Isso foi amplamente discutido por toda a comunidade. O CONFEF — Conselho Federal de Educação Física estava presente. Eu acho que avançar nesse sentido é fundamental neste momento.

Eu defendo mais do que nunca a existência de um sistema, para que nós possamos, Fabiana, ter clareza de qual é o papel do Estado nesse processo, qual é o papel dos entes federativos, quais são os papéis das confederações, das entidades esportivas, porque cada um faz do seu jeito.

E há uma sobreposição e, em muitos casos, um gasto de recursos públicos. Há um desperdício de recurso público. Como nós não temos um objetivo específico, uma direção específica, é óbvio, cada um faz aquilo que está à sua frente, e com muita boa vontade, mas sem uma articulação entre todos os entes e todas as entidades esportivas.

Até onde vai o papel das confederações, por exemplo, para organizar os jogos para criança, a iniciação esportiva? Essas atividades são papel de quem? Quando eu falo em iniciação esportiva, não é para buscar só o alto rendimento, mas a formação de uma criança, de um adolescente para a prática esportiva.

Eu entendo que essas questões são fundamentais neste momento histórico do País, senão vão passar mais 20 anos, 30 anos, e nós estaremos aqui de novo recomeçando.

Acho que o nosso papel, com os dados que nós temos do projeto, é esse. O livro da Alba Zaluar reflete muito isto: não é esporte de alto rendimento contra esporte de participação ou contra esporte educacional. Não é essa a questão que se estabelece. A questão que se estabelece é a construção das articulações do fenômeno esporte.

O fenômeno esporte tem várias dimensões, e essas dimensões têm que conversar entre si, desde a formação corporal da criança, da formação da criança como um todo, nos aspectos do desenvolvimento motor, até o alto rendimento, até quem está ganhando a medalha olímpica. Isso é um processo que se estabelece naturalmente.



Então qual é o papel do Estado nessas ações? Eu penso que a nossa função hoje é ter informações, dados, para fazer avaliação da política pública. É com isso que eu tento contribuir para o desenvolvimento esportivo brasileiro, nas suas diversas dimensões.

Eu acho que os trabalhos do PNUD — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Referências, do Inteligência se somam na perspectiva de uma nova realidade do esporte brasileiro como um todo.

Eu acho que nós temos que enfrentar esse processo democrático e a inclusão de toda a sociedade brasileira. Eu acho que essa é uma questão importante, talvez a essência do nosso debate aqui, além de algumas questões pontuais que foram levantadas.

Nossos dados são atualizados por um grupo de estudantes da Universidade Federal do Paraná. Nós temos o contato direto, permanente com o Ministério do Esporte, em que nós atualizamos semanalmente todos os dados. Quando saem as informações do Bolsa Pódio ou do Bolsa Atleta, automaticamente nós as inserimos no nosso banco de dados.

Nós temos, sim, não só os clubes de ponta. Esses dados são coletados nas confederações. Nós temos dados de todas as competições existentes, clube por clube, entidade por entidade, de crianças de 10 anos até aqueles que têm 25 anos. E nós colocamos isso no nosso banco de dados. Isso é da Rede Nacional de Treinamento. É por isso que nós invertemos a lógica. Na Rede Nacional de Treinamento, nós começamos pelos atletas. É ali que se estabelece, ao nosso entender. Há associações, organizações não governamentais.

Então, Deputado João Derly, nós temos isso no nosso banco de dados de uma maneira muito clara e vamos deixar isso transparente. Estamos construindo um *site*. No nosso *site* haverá todas essas informações. Eu acho que é nosso papel enquanto agente público da universidade pública brasileira contribuir nesse processo. O nosso *site* deve estar em breve à disposição de todos. Tirando os dados pessoais das pessoas, dos atletas, nós colocaremos o resto de forma transparente para toda a sociedade brasileira, como o quanto cada atleta ganha.



Eu sou professor de uma universidade. Há o portal da transparência. Eu preciso ter quanto cada estudante ganha de bolsa de estudo, isso tem que estar lá, até porque o que todos os atletas ganham sai em Diário Oficial, portanto, é público. Nós apenas estamos organizando essas informações.

Já está pronto o nosso *site*. Nós estamos conversando sobre a possibilidade de qualquer pessoa inserir seus dados, um pouco como a Plataforma Lattes. Quando nós clicamos na Plataforma Lattes, nós clicamos: *“Essas informações são verdadeiras ou de responsabilidade de quem está inserindo”*.

Nós vamos manter a lógica das informações que vêm do Governo, mas vamos também criar a possibilidade de qualquer atleta brasileiro inserir os seus resultados, os seus dados, até para poder tornar isso dinâmico. Também as próprias confederações, federações, entidades governamentais, prefeituras, Governo do Estado poderão incluir, dentro do banco, essas informações, para deixá-lo mais robusto.

Acho importante o contato com o CONFEF. Eu acho que isso, Lúcia, é importante. Nós estamos abertos a qualquer entidade que queira fazer parceria para o desenvolvimento do esporte brasileiro. E ao Prof. Laercio, que é um grande defensor do SIBRADID — Sistema Brasileiro de Informação e Documentação Desportiva. Quero dizer que eu me somo a ele também nessa luta para manter um sistema de informação e documentação. Eu acho que isto é importante: termos um sistema para que qualquer pessoa possa utilizar dados sobre o esporte brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Passamos às considerações finais.

Também há pergunta para o Prof. Betão. Vamos iniciar pela Maria Lucia, para fazer as suas considerações finais, e depois o Prof. Betão, na sua fala de considerações, vai responder às perguntas do e-Democracia.

A SRA. MARIA LUCIA FRANÇA PONTES VIEIRA - Muito foi dito, então eu não vou ficar aqui sendo repetitiva. Apenas agradeço a todos por ainda estarem aqui conosco e nos ouvirem. E obrigado pelas participações.

Ao Deputado eu gostaria de dizer que foi um privilegio estar aqui hoje, em nome do IBGE. Estamos à disposição, tanto da Casa quanto das outras instituições aqui presentes, para oferecer o que for possível em termos de dados.



Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Tem a palavra o Prof. Betão.

O SR. ALBERTO REINALDO REPPOLD FILHO (Betão) - Vou retomar um pouquinho a minha fala, mas primeiro quero agradecer muito os comentários e as posições do Deputado Jordy, que acho que enriquecem muito a nossa discussão. É bom sabermos do compromisso de alguns dos nossos Deputados com essas questões do esporte.

Já que a provocação dele, ao final da sua fala, foi *“o que poderíamos fazer a partir daqui?”*, eu queria reforçar, porque acho que é importante, que existe certo consenso, pelo mesmo na comunidade esportiva que trabalha no meio acadêmico. Eu quero reforçar muito a posição do Prof. Mezzadri. Eu diria, sim, que nós temos hoje uma situação privilegiada no Brasil; não tínhamos anos atrás.

Primeiro, nós temos hoje um conjunto de informações que nos permite tomar decisões de uma forma mais fundamentada. Então isso é uma coisa importante. Antes nós não tínhamos um conjunto de informações. Hoje temos o exemplo aqui desses quatro trabalhos — existem outros no Brasil afora —, que nos ajudam muito a tomar decisões com base num cenário mais realista. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, nós temos, sim, propostas concretas, e esse é o ponto que eu quero reforçar muito, o que o Prof. Mezzadri colocou. Eu busquei, aqui na página 274 do documento PNUD, o Sistema Nacional do Esporte. Esta imagem aqui é fundamental para essa discussão. Ela foi construída justamente em cima de experiências — desculpe eu falar, mas acho que tenho que defender, o que talvez seja constrangedor, porque você, como autora, já o fez.

Enfim, digo isso porque há uma discussão internacional consolidada. O exemplo canadense serviu para outros países. Isso foi discutido no Brasil, por pessoas altamente qualificadas que procuraram adequar essas propostas estrangeiras à realidade brasileira; elas consideraram o que é mais viável e mais adequado à realidade brasileira.

Eu diria, então, que temos um ponto de partida-chave, que é justamente a construção de um sistema nacional. Temos propostas e informações para fazê-lo. Então, acho que estamos numa situação privilegiada. Cabe agora buscar a força política justamente para avançarmos nessa direção.



É claro que essa força política envolve vários agentes — isso é uma obviedade —, mas nós não temos conseguido articular, de uma maneira positiva, esses diferentes atores. Ainda existem muitas divergências entre os segmentos.

Então, eu diria que é muito importante, obviamente, a ação do Governo Federal e dos Governos estaduais e municipais. Não há dúvida quanto a isso, mas nós temos os atores, como o Comitê Olímpico do Brasil, o Comitê Paralímpico Brasileiro, o Sistema CONFEF/CREFs, as confederações, e não conseguimos ainda os atletas, não conseguimos ainda conciliar essas forças numa certa direção.

Então, me parece que nós temos que amadurecer essa discussão, que envolve concessões. Um dos focos principais dessa discussão é dinheiro, é recurso, quem perde, quem ganha, de onde vem, para onde vai.

Nós temos que amadurecer essa discussão e vamos ter que fazer concessões. Os segmentos têm que fazer concessões uns aos outros para que possamos chegar a uma posição mais amadurecida.

Então, o primeiro ponto a reforçar é esse. Eu acho que nós estamos numa situação privilegiada hoje. Há um ambiente hoje de controle maior sobre isso também, e o TCU tem um controle sobre as coisas. Existe um ambiente de maior transparência, de cobrança pública, e eu acho que esse é o momento ideal para avançarmos com a ideia do Sistema Nacional do Desporto.

A imagem principal e o fundamento desse sistema estão aqui. Não temos muito a discutir sobre isso, eu diria.

Agora, muito rapidamente, quero falar sobre outras questões que foram colocadas. Eu não sei se estamos no horário de encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Eu sei que o senhor tem perguntas para responder. Então, fique à vontade.

O SR. ALBERTO REINALDO REPPOLD FILHO (Betão) - Eu tenho as perguntas e vou tentar respondê-las o mais rápido possível.

Primeiro, o Prof. Laercio, nosso amigo, conhecido de muito tempo, fala sobre o falecido Sistema Brasileiro de Documentação e Informação Desportiva. Obviamente, ele existiu e foi muito importante. O Prof. Laercio sempre batalhou por essa ideia, e eu diria que temos inteligência, temos referências e temos vários projetos hoje que



podem trabalhar juntos e podem ser integrados de maneira a produzir essa documentação e informação.

Eu acho que sim. Eu acho que temos que ressuscitá-lo. Essa foi a pergunta dele. Sim, estamos ressuscitando isso de alguma maneira. Precisamos, talvez, trabalhar um pouco mais em conjunto.

A Profa. Cássia Damiani fez uma pergunta sobre investimentos públicos feitos no esporte nessas últimas décadas para consolidar uma política, os resultados obtidos, os mecanismos de controle e o que é necessário fazer.

Eu penso que um dos aspectos fundamentais para o esporte no Brasil, e que precisa ser consolidado, é justamente o Ministério do Esporte. Eu entendo que ele está consolidado, mas, de vez em quando, ainda surgem dúvidas sobre isso. Não há dúvida de que ter um Ministério voltado para o esporte é fundamental. Então, eu acho que essa foi uma grande conquista da comunidade esportiva brasileira, que deve continuar. Essa é uma coisa importante.

Outro aspecto diz respeito, justamente, ao financiamento. Obviamente, os cortes no financiamento do esporte acabam tendo implicações sérias em todas as dimensões.

O Deputado tinha se referido aos projetos na escola. O Programa Segundo Tempo, por exemplo, é um programa com uma longa história, é um projeto esportivo e social e sofre impacto. É óbvio que esses cortes causam impactos. Também há impacto sobre os atletas de alto rendimento.

Então, eu diria que houve vários avanços nesse período, que dizem respeito a aumento de recursos para o esporte. Agora estamos num período de crise novamente, mas houve um investimento em infraestrutura e em atletas. Não há dúvidas sobre isso.

Eu diria que a maior crítica, talvez, que eu tenha sobre esses investimentos é que nós não pensamos no modelo de gestão. Como faríamos a gestão dessas várias infraestruturas construídas? Como faríamos a gestão dessas instalações?

Então, só agora começamos a discutir essas solicitações, quando isso deveria ter sido pensado antes. A manutenção dessas infraestruturas que foram construídas exige uma quantidade enorme de recursos financeiros.



Nós temos que pensar de onde isso vai sair, o que envolve pensar no financiamento do esporte no Brasil, porque as instalações, que são caras, estão em vários locais. Nós temos pista de atletismo em várias universidades brasileiras. Pelo menos 16 pistas de atletismo foram construídas. Temos investimentos enormes em infraestrutura.

Então, acho que essa é uma grande dificuldade. Eu diria que temos que de alguma maneira procurar manter. Mas houve, sim. Houve muitos avanços e o Ministério do Esporte foi responsável por capitanear essas grandes conquistas.

Obviamente, tivemos problemas também, mas quero dar destaque aqui os aspectos positivos.

A pergunta sobre o PELC, eu acho que sim, porque, como a gente falou, para o esporte no Brasil, para as atividades de fins esportivas são basicamente públicos. Obviamente, qualquer redução nos recursos que vão para a área da educação, para a saúde, para as universidades, eles vão ter um impacto. Eu não saberia avaliar qual é esse impacto. Mas parece-me que, num raciocínio mais ou menos lógico, ele tem um impacto. Agora, teríamos talvez dimensionar melhor qual esse impacto.

A pergunta do Prof. Maure é sobre esporte e democracia e o que é democracia.

É uma discussão longa, mas vou tentar esboçar muito rapidamente dois princípios fundamentais, que eu chamaria de democratização do esporte. O primeiro diz respeito à oportunidade de acesso. É um pouco aquilo que foi colocado pelo PNUD e pela colega que mostrou os dados do IBGE.

O acesso à atividade física e esportiva no Brasil ainda é, isso está bem enaltecido, um privilégio de alguns grupos e ainda predomina muito o homem em certas regiões do Brasil.

O acesso, a oportunidade para isso é fundamental. O Governo tem um papel importante em criar essas oportunidades. Depois, eu diria que outro aspecto importante da democratização diz respeito à participação no processo de tomada de decisão. Isso é importante. Eu acho que setores organizados da comunidade, sejam eles em âmbito local ou em âmbito federal, devem trazer essa discussão com um poder decisório também dessas várias instâncias de organizações que fazem parte daquilo que nós chamaríamos de bem-sucedido um sistema nacional de esporte. A



democratização passa por isso e por políticas voltadas a estabelecer prioridades para aqueles segmentos que efetivamente ainda não têm acesso a essa atividade.

Isso me parece um aspecto importante para responder muito rapidamente.

A última diz respeito à continuidade aos programas esportivos criados para fomentar.

O fomentar aqui ele depende basicamente da continuidade dos recursos efetivos das políticas que vinham sendo realizadas na parte da Secretaria voltada para a inclusão social, como o programa PELC, o programa Segundo Tempo, são vários programas que estavam bem consolidados e andando. Na área do rendimento, várias políticas foram estabelecidas Bolsa Atleta, essas coisas todas que parecem ser fundamentais.

Mas o recurso financeiro, a disputa desse recurso financeiro, para que se reduzam o mínimo possível os recursos do Ministério são fundamentais. E essa luta não é uma luta só do Ministério, é uma luta da comunidade toda que tem interesse na questão esportiva. Então, envolve os vários segmentos da sociedade para buscar manter pelo menos alguns níveis razoáveis de financiamento no esporte.

Por fim, não vou poder responder a tudo aqui, queria, primeiro, agradecer muito também a oportunidade de estar aqui com vocês, ao João Derly, ao Deputado Jody, que estava aqui conosco, aos Deputados que estavam conosco, aos colegas da Mesa.

O esporte no Brasil merece uma grande atenção, os segmentos pela sua relevância, o que foi destacado por vários. O nosso papel justamente nessa discussão pode contribuir de alguma maneira para que nós mantenhamos políticas mais continuadas, investimentos e possamos seguir em frente qualificando cada vez mais o nosso sistema e a atividade física no Brasil.

Desculpe a rapidez, mas agradeço a todos a atenção.

A SRA. ANDRÉA BOLZON - Quero só agradecer a oportunidade de vir conversar e dizer que, para o PNUD, a atividade física e esportiva é uma pauta permanente e, apesar de ter acabado a década dos grandes eventos esportivos, a gente tem todo o futuro pela frente para continuar tocando essa questão da melhor maneira possível.



E, mais uma vez, quero convidar todo mundo a olhar o *site* do relatório que é o www.movimentoevida.org. Lá, estão todas as informações de tudo que a gente desenvolveu.

A gente, enfim, se coloca à disposição também para todos os desdobramentos possíveis, relacionados com novas políticas, com novas iniciativas, com projetos de lei, com planos nacionais, com o que for. A gente fez esse esforço para mudar as coisas, então, agora a gente quer dar sequência e continuar ajudando para as coisas sejam melhores do que são.

O SR. FERNANDO MARINHO MEZZADRI - Eu gostaria, então, de agradecer novamente ao Deputado João Derly, aos colegas da Mesa, Prof. Alberto, à Maria Lucia, à Andreia, que saiu e deixar à disposição o Projeto de Inteligência Esportiva, o qual estamos consolidando e me colocar à disposição também para os debates. Eu acho que a gente pode contribuir sempre que for possível e chamado. Estamos à disposição para que a gente possa, de forma muito tranquila, auxiliar nos debates sobre o esporte no País, pensando o esporte em todas as suas dimensões. Nós acreditamos nisso dentro de uma análise sempre voltada para a política pública, para a gestão do esporte brasileiro, em todas as suas dimensões e segmentos.

Obrigado, Deputado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Passo a palavra ao Alan, que não teve a oportunidade de falar.

O SR. ALAN FERREIRA - Obrigado, João.

Eu queria deixar registrada a resposta para a sua pergunta, que eu considero muito importante, sobre o preço de cada medalha do Brasil. Eu estou olhando a tela do painel de Inteligência e Negócios que utilizamos.

Entre 2008 e 2016, somente de orçamento público federal, considerando o orçamento do ME, inclusive recursos incentivos além de incentivos, os recursos de loterias e os recursos estatais foram 8 bilhões 634 milhões de reais investidos no esporte de alto rendimento brasileiro. Quando comparamos isso com o número de medalhas, e eu vou estratificar por tipo de esporte, vou diferencia olímpico de paraolímpico, porque a análise fica mais qualificada. Se consideramos todo o recurso, cada medalha dos esportes olímpicos, nestes três últimos jogos, custou-nos 253 milhões cada uma. Se a gente considerar só o recurso que foi para o bolso dos atletas,



ou seja, dinheiro público que foi pago como bolsa ou auxílio financeiro para atletas cada medalha custou 19 milhões. Quando a gente vê isso no esporte paraolímpico, o número de medalhas foi maior conquistado e a quantidade de recurso do esporte paraolímpico também é menor, na verdade, a conta fica parecida, ela é proporcional. Então, dá para a gente comparar, sim, e fazer uma análise diferenciada. No caso do esporte paraolímpico, considerando o recurso todo, cada medalha nos custou 79 milhões de reais; e; considerando só o recurso que foi para o bolso de atletas, cada medalha custou 6 milhões de reais. Esse número de 6 milhões chamou-me atenção, porque, nas análises que nós já fizemos, para cada ciclo olímpico, quando se investe 6 milhões em cada atleta, isso durante 4 anos, quando a gente dilui por ano vai dar em torno 1 milhão e 500 mil reais por atleta, a chance de se ganhar medalha aumenta muito. Então, esse número, por acaso, ficou parecido para o esporte paraolímpico, mas os valores em relação às medalhas são esses.

Em relação às informações em que estou me baseando aqui, o sistema do Projeto Referência em fontes primárias. Ou seja, o que é informação do Ministério do Esporte foi buscada nos sistemas do Ministério do Esporte e de resultados esportivos no Comitê Olímpico Internacional e assim por diante.

E, respondendo à segunda pergunta que você tinha feito sobre a possibilidade de cadastro de informações, sim. As boas práticas de gestão de informação dizem o usuário é que deve cadastrar as informações. Ou seja, a fonte primária. É assim que faz o *Facebook*, o *Google*, enfim, as maiores informações do mundo e o nosso modelo foi feito dessa forma para atender a essa necessidade, isto é, para que qualquer um possa cadastrar a informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Só uma pergunta: Há previsão para o Ministério abrir essa pesquisa para nós?

O SR. ALAN FERREIRA - Os dados são do Ministério e da Universidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Mas tornar público?

O SR. ALAN FERREIRA - Público? Sim. O nosso Site projutoreferencia.com.br está no ar, no *YouTube*, no *Facebook*, no *Instagram*. E, a partir do mês de novembro, nós vamos começar a divulgar informações desses dados que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Eu só tenho a agradecer a presença de todos. Nós já temos conteúdo de anos, até de conferências do esporte.



Eu acho que, pegando informações e unindo força, eu tenho certeza de que a gente pode avançar bastante na questão do esporte brasileiro. Já tivemos claro, com certeza, alguns avanços e vamos tentar agora reverter retrocessos. Garanto que grande parte aqui defendeu grandes eventos, em nosso País, diante da ideia de a gente conseguir ter um legado, de a gente conseguir fortalecer a cultura esportiva. Que a gente possa unir forças. Eu fico feliz em saber também de algumas coisas de que a gente não tinha ideia e em poder pegar um pouco mais de informação agora para poder ajustar mais até para as proposições

Eu acho que o Ministério do Esporte tem que estar bem alinhado com esta Casa para que a gente possa, em conjunto, propor ações futuras. Estamos propondo, nesta Casa, fazer algumas ações de legislação. Com o Presidente, que está fora, na sua volta, iremos dar continuidade a alguns projetos importantes de estruturação do esporte brasileiro.

Então, a gente conta muito com a força de todos vocês.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos nossos convidados que puderam estar conosco aqui nos ensinando um pouco mais, a todos os que participaram pelo Portal e.Democracia fisicamente.

Convoco os nobres pares para reunião deliberativa, na próxima quarta-feira, dia 8 de novembro, às 14horas, neste mesmo local.

Está encerrada a presente reunião.